ATA N.º 63/XIII-4.º/2021-25

1 - Aos treze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, pelas 21H15, nas instalações do Vitória Clube Quintinhas, sitas na Rua Eugénio Salvador, n.º 46, na Freguesia de Charneca de Caparica, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de fevereiro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1 - Apreciação e votação da proposta de revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Almada;

3.2 - Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86.º do Regimento;

3.3 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada – junho de 2024 a novembro de 2024";

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Redação final do Projeto de Regulamento Municipal de Horários dos Estabelecimentos Comerciais de Almada";

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Projeto de Regulamento Municipal dos Refeitórios Escolares do Município de Almada";

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Projeto de Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo e Espaços Verdes em meio urbano do Município de Almada";

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Delegação de competências do Município de Almada para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica. Aprovação da minuta de adenda ao contrato interadministrativo";

3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Assunção de Compromissos Plurianuais - SMAS";

3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Plano Municipal de Juventude de Almada (PMJA) 2025-2028";

3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Adjudicação e aprovação das minutas de contrato do Concurso Público nº CS02891S2023 para concessão do direito de uso privativo de espaço público, destinado à instalação de 82 PCVE, em locais públicos de acesso público no Concelho, pelo prazo de 10 anos";

3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Início do procedimento por Concurso Público n.º CS00002S2025 para "Concessão de uso privativo do domínio público para instalação, manutenção e exploração publicitária de mobiliário urbano – Por lotes";

3.13 - Apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Declaração de Compromissos Plurianuais – recebimentos e pagamentos em atraso";

3.14 - Apreciação e votação da "Proposta de Criação de um Grupo de Trabalho para as Terras da Costa e Projeto Agroparque", **(retirada);**

3.15 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Celebração de Contrato Programa entre o Município de Almada e a Wemob, E.M., S.A., para Gestão do Parque de Estacionamento Comandante António Feio".

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS), Ivan da Costa Gonçalves (PS), Ana Paula Alves da Silva (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS), Paulo Filipe Pereira Viegas (PS), Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS), Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU), Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE), Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA), Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Olga Natália Mariano (PS) Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD), Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD), Inês Pezarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), Luísa Maria Freire Galvão (PS), António Paulo Júnior (CDU), Andreia Sofia Egas (CDU), Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU) por impedimento de António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU), António José Olaio da Silva (CDU); Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD); Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE);

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Raquel Pacheco.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram as faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS), do Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco (PS), da Senhora Vereadora Helena Manuela Azinheira (CDU), da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua (BE).

4.3 – Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD) sobre "Pedido de informação e documentação sobre o pavilhão desportivo do Ginásio Clube do Sul", enviado para a Câmara Municipal em 25/10/2024, foi respondido em 13/02/2025;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes sobre "Pedido de acesso a documentação sobre as medidas adotadas no Bairro de Penajóia", enviado para a Câmara Municipal em 05/02/2025, ainda não foi respondido;

4.3.3 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes sobre "Agroparque Terras da Costa e do Mar", enviado para a Câmara Municipal em 05/02/2025, ainda não foi respondido.

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/às Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas n.º 59, 60, 61 e 62/XIII-4.º e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Munícipes;

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores/as Munícipes,

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Munícipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.1.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal expressou ainda um agradecimento ao Vitória Clube Quintinhas, pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Munícipes Paulo Pereira, João Rocha, Henrique Torres, José Bernardo, Júlio Luta, Natércia Anjos, Luís Ricardo e Isabel Braga.

5.2.1 – O Senhor Munícipe Paulo Pereira:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em nome do Vitória Clube Quintinhas, dar-vos as boas vindas a esta casa, é sempre com muito gosto que recebemos o pedido da Assembleia Municipal para a realização da mesma nas nossas instalações.

Uma segunda nota, por uma simples coincidência, terminamos hoje, a cobertura dos nossos três campos de Padel, já devem ter tido a oportunidade de ter visto no exterior. Infelizmente, desta vez não conseguimos um apoio da Câmara Municipal para a realização da obra. Dizer-vos que a obra é efetivamente realizada a 100% com capital do Clube. Certamente que, no futuro, contaremos com o apoio da Câmara Municipal para outras situações."

5.2.1.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

"Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Caros e caras Munícipes,

Eu quero também, em nome da Mesa e de todos e todos os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, agradecer ao Vitória Clube Quintinhas a cedência do espaço e a disponibilidade que manifestam sempre para que possa ser realizada a Assembleia Municipal de Almada, na Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda."

5.2.2 – O Senhor Munícipe João Rocha:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por referir que, em aditamento às obras da Estrada Nacional 10.1 – da rotunda do Texugo até a nova rotunda do J. Caetano, conforme referi recentemente na Assembleia Municipal, passo a citar: tratou-se de uma obra que exigia uma segurança minuciosa, durante todo o período da substituição das três condutas de água potável que, fornecem todo o Concelho de Almada, por este motivo não podia ser aumentado o número de trabalhadores nesta operação, cujo perigo poderia tornar-se iminente para os mesmos, originando esta situação uma demora inesperada. No entanto, esta obra, presentemente, está a ser acarinhada por todos os Sobredentes, dado os passeios que foram colocados em toda esta estrada, permitindo aos transeuntes e deficientes com cadeiras de rodas, circularem com segurança, coisa que não acontecia no passado recente. Bem

como, a rotunda que foi feita defronte do J. Caetano, os quais já não esperavam por esta surpresa por parte do atual executivo, a qual já lhes havia sido prometida, pelos executivos cessantes há décadas.

Fazendo uma retrospetiva, de toda as obras que já foram realizadas pelo atual executivo deste Município, em conjugação com a União de Freguesias da Charneca e Sobreda, passo a citar: a primeira obra Rotunda do Texugo, caso esta obra não tivesse sido realizada há cerca seis de anos, o acesso à Sobreda tornar-se-ia impossível para os moradores do Texugo, dado os semáforos ali existentes, serem insuficientes para o escoamento do trânsito naquele local. Todavia, esta Vila não poderia continuar a ser sustentada, no tempo da era das carroças dos anos sessenta e setenta, como alguns antisobredenses pretenderiam que esta continuasse estagnada.

Segunda obra, foi a requalificação de toda a Sobreda, como por exemplo, a Rua Petrónio Amor de Barros, sendo uma das que tem mais movimento, na qual existiam zonas sem passeios, sendo esta situação um incómodo e perigo para os transeuntes que circulavam diariamente na mesma, na qual também ocorreram vários atropelamentos graves, sendo também restruturado em toda esta zona o trânsito, bem como ainda a mudança de algumas paragens e a colocação dos respetivos abrigos, originando esta situação uma major segurança para os seus utentes.

Considerando que a Sobreda, sofreu um volte face político, desde 2017 a 2025, começando pela mobilidade e demais situações, cujo signatário mencionará em futuras Assembleias Municipais, no qual se constata diariamente um melhoramento muito satisfatório dos transportes públicos nesta Freguesia, depois da Carris Metropolitana, começar a coordenar os mesmos.

Passo a citar que, desde o inicio da década de noventa, que os transportes públicos eram péssimos, pelo facto de apenas existirem dois autocarros que saiam de Cacilhas de hora a hora, com os seguintes trajetos: uma via Feijó, Estrada Nacional 10.1, Rua da Liberdade, Rua Jaime Ferreira Dias, Rotunda do Lazarim, sendo o seu destino final Pilotos/Lazarim e, um outro também fazia Cacilhas, Corroios, Avenida General Humberto Delgado, via Rua da Quinta da Graça e finalmente Charneca de Caparica, sendo estes os únicos autocarros que, serviam a população da Sobreda, em termos de transportes públicos, o signatário, foi vitima desta situação, durante várias décadas, porque resido nesta Vila, a qual defenderei até à minha exaustão.

Em tempo, como diz o velhinho provérbio: "não há fome que não dê em fartura" o qual está relacionado com os transportes públicos. Atualmente nesta Vila, os Sobredentes congratulam-se por terem transportes públicos, para todos os locais deste Concelho, coisa que não acontecia no passado recente como já referi, devendo-se todo este trabalho ao atual executivo. Por este facto, apraz-me louvar todo este Executivo do Município de Almada."

5.2.3 – O Senhor Munícipe Henrique Torres:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou Henrique Torres, sou da Associação de Pais da Escola Básica n.º 2 da Costa da Caparica.

Já cá vim algumas vezes e, se bem se recordam, já falei sobre o tema, que é uma escola com mais de oitenta anos, obsoleta e com carências gravíssimas ao nível das suas infraestruturas, porque nunca teve uma requalificação total que é o que deveria ter tido até à data de hoje.

Existem algumas obras que estão prometidas pelo executivo municipal, nomeadamente, pela Senhora Vereadora que já há mais que uma vez falou nelas, nomeadamente, a cobertura exterior e o piso exterior. E já agora aproveitava para pedir o ponto da situação sobre as mesmas que aguardamos ansiosamente, que são mesmo uma necessidade que todas as crianças e funcionários têm, e eu aproveitava neste caso, para falar em concreto sobre um problema que tem causado um transtorno enorme e uma preocupação imensa, de toda a comunidade escolar, que é o refeitório.

O refeitório desta escola e eu aproveito para fazer aqui uma pequena cronologia, porque há muito tempo que se deteta a necessidade de ampliar este refeitório e de o requalificar. Portanto, em agosto de 2020, foi feito o projeto para tal, em junho de 2021, foi lançado um concurso para esta obra o qual ficou deserto, em abril de

2023, foi lançado um novo concurso com uma verba superior, igualmente ficou deserto e a partir dai o projeto foi reequacionado e nada mais de concreto aconteceu.

Como o problema não foi resolvido, o que é que aconteceu? Em março de 2024, a cobertura da sala de refeições deste refeitório, ficou na eminência de ruir, teve que ser encerrado e ficou a funcionar apenas a cozinha. Teve que ser montado um contentor no logrador exterior da escola, e a comida é transportada num circuito de cem metros ao ar livre, entre a cozinha que funciona nesse edifício e esse tal contentor que funciona no logrador e onde as crianças come.

Ou seja, em março de 2024, como o teto ruiu, aliás, em novembro de 2024, o teto falso da cozinha deste refeitório que não está em condições, ruiu, caiu, por sorte a funcionária que estava lá a trabalhar, tinha-se deslocado para outro lado, senão podíamos ter aqui uma situação bastante séria. Felizmente, e por sorte, nada aconteceu. O teto falso, o executivo imediatamente reparou a situação, mas é algo que nos causa uma angústia enorme de poder vir a acontecer algo de semelhante, porque a cozinha continua a trabalhar ali.

Em fevereiro de 2025, na semana passada, e já agora vou explicar e quem quiser tenho aqui também vídeos para mostrar como é que funciona o transporte de comida da cozinha para esta sala de refeições num contentor.

São pessoas que fazem o trajeto com carrinhos, tem altos e baixos, tem vários desníveis, às vezes têm que duas pessoas de levantar comida para trezentas crianças, sopas, refeições, é uma situação muito, muito complicada e infelizmente, a semana passada, o chão desabou no momento em que passava o carrinho das sopas, que caiu ao chão, queimou a funcionaria que foi parar ao hospital e neste momento o circuito é feito por outa forma, mas causa-nos uma angústia enorme, porque isto é quase inevitável não acontecer, porque não há condições para comida ser transportada desta forma. Eu bem sei, eu não tenho dúvidas de que, o executivo quer melhor para aquelas crianças e quer resolver a situação, mas a nossa preocupação enquanto pais, eu tenho lá dois filhos, é isto poder vir a acontecer e eu acho que estamos nesta situação e esta falha já foi detetada antes de 2020, continuamos em 2025 sem esta situação ser resolvida, que não vai ser resolvida se não fizermos nada. Portanto, o apelo que eu deixo aqui a todos os que estão presentes e nomeadamente, a quem pode efetivamente decidir e emendar esta situação, é um apelo de forma urgente que se resolva esta situação. Não queremos que aconteça ali uma desgraça, felizmente temos tido sorte, embora aquela funcionária felizmente, já está bem, mas podia não estar. E eu acho que é de evitar esta situação e agir imediatamente para parar.

Portanto, eu agradeço aqui a vossa atenção e disponibilidade e faço aqui um apelo mesmo sério, para que a situação possa muito rapidamente, ter uma solução em prole das nossas crianças e até dos funcionários e sobretudo a sua segurança."

5.2.4 – O Senhor Munícipe José Bernardo:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Um cumprimento especial à Senhora Presidente da Direção do Vitória Clube Quintinhas, Sandra Pereira Pichstein e restantes dirigentes associativos, parabéns pelo meritório trabalho desenvolvido em prole do desporto e da cultura.

Muitos parabéns, também, a todas as ginastas, e atletas pelo empenho e evolução, e um enorme reconhecimento à equipa técnica, cuja dedicação é essencial para o sucesso de cada um dos seus desportistas.

Senhoras e Senhores Deputados, Caros Cidadãos de Almada, em especial da Charneca de Caparica e da Sobreda.

É com enorme determinação que participo nesta Assembleia Municipal, reunida numa terra em franco crescimento, a Charneca de Caparica, para fazer o reconhecimento público do empenho e dedicação do executivo desta Freguesia e do seu Presidente, Pedro Matias, que, em estreita colaboração com o executivo municipal, permitiu uma melhoria substancial das condições de vida da população.

Recentemente, a União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, tem sido palco de diversas obras e investimentos significativos, visando melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.

Destaca-se a construção do Auditório da Charneca de Caparica e Sobreda, uma infraestrutura que promete dinamizar a oferta cultural da região.

Além disso, a requalificação da Avenida do Mar, na Aroeira, e muitos, mesmo muitos outros trabalhos de asfaltamento em várias ruas das Freguesias, melhoraram as condições de circulação e segurança rodoviária.

É também de realçar, o novo Parque Urbano da Charneca de Caparica, atualmente em desenvolvimento no Largo Faustino Rodrigues, um local anteriormente ocupado pela feira da Charneca. Com uma área superior a 13.000 m2, este espaço incluirá zonas verdes, áreas de desporto, um parque infantil e um espaço dedicado a cães. Está também prevista a retoma da Festa da Charneca neste local. As obras decorrem a bom ritmo, com conclusão prevista para 2025.

Estas iniciativas refletem o compromisso da Câmara Municipal de Almada e da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, em promover espaços que incentivam a convivência comunitária e estilos de vida saudáveis, ao mesmo tempo que impulsionam o progresso e o bem-estar da comunidade local.

É de enaltecer o trabalho incansável do executivo da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, liderado pelo Presidente Pedro Matias. A sua elevada dedicação, empenho e competência, são notórios em cada iniciativa, sempre acompanhados de um forte apoio ao Movimento Associativo, tendo recebido um Louvor da Associação das Coletividades do Concelho de Almada um Louvor de reconhecimento pelo apoio que a Junta de Freguesia de Charneca de Caparica e Sobreda tem dado às coletividades e associações.

É de realçar o contacto próximo com os comerciantes e de uma atenção constante às necessidades da população.

0 executivo da Junta de Freguesia tem transformado estas localidades em terras de futuro, contribuindo para o desenvolvimento de um Concelho mais coeso e melhor preparado para os desafios futuros.

Parabéns a todo o executivo da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda."

5.2.5 – O Senhor Munícipe Júlio Luta:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu resido na Costa da Caparica, e é com agrado que vejo a maioria dos investimentos realizados na minha terra e também os investimentos previstos a realizar.

Existem coisas que gostaria que tivessem sido feitas de maneira diferente, mas prefiro olhar para elas como exemplos do que podemos fazer melhor no futuro.

A minha intervenção vai se focar no meu bairro, na zona da Torre das Argolas, na Costa da Caparica.

Uma situação sobre a qual quero alertar o executivo, é a falta de passadeiras na rua José Vicente da Costa. Existem vários movimentos pedonais entre o bairro a Sul desta rua e o comércio e o terminal dos autocarros na zona Norte desta rua.

É uma situação presente há vários anos, no entanto, ainda não causou que eu tenha conhecimento, nenhum problema porque há pouco movimento, pouco tráfego automóvel na rua. No entanto, esta situação pode mudar com o projeto cujo contrato público foi publicado em 25 de outubro do ano passado, que vai aumentar o tráfego rodoviário na zona. Este projeto não prevê nenhuma passadeira pedonal em quase cento e oitenta metros de rua. Peço ao executivo que inicie diligências para corrigir esta situação e alguns outros pontos do projeto.

Projeto este, que vai transformar a vida neste bairro e noutros bairros na Costa da Caparica.

O projeto de acessibilidades à Costa da Caparica, troço final do IC20 e acesso alternativo às praias.

Na minha rua, na Rua José Vicente da Costa, vamos passar de duas para três faixas, com uma nova faixa de ataque à nova rotunda com cerca de cento e cinquenta metros de cumprimento. Por comparação na Rua Eng.º Henrique Mendia e na Avenida Dom Sebastião, sentido Sul/Norte, as novas faixas de ataque à rotunda possuem menos de trinta metros.

Par além desta diferença, quase todo o projeto tanto nas vias existentes que vão ser intervencionadas como nas novas vias, existem apenas duas faixas. Portanto, nós questionamos porque é que esta rua passa a ter três faixas. Esta decisão vai alterar completamente a rua e implica o abate de oito árvores de grande porte e o tal aumento da velocidade praticada na via.

Neste projeto não são visíveis quaisquer medidas de acalmia de tráfego, em todo o projeto não se identifica a utilização de sinalização para reduzir a velocidade e numa grande extensão da Costa da Caparica, diversos bairros vão passar a conviver diariamente, com um aumento de tráfego automóvel de atravessamento, em velocidades que vão ainda mais afetar quem mora nestes bairros.

Pedimos que estas vias possuam velocidades máximas adequadas ao atravessamento destes bairros, e que permitam reduzir o impacto destas alterações viárias na vida dos cidadãos e dos eleitores.

Gostaria também de questionar qual é o volume de trânsito esperado e questionar se está prevista uma terceira fase para este projeto. Uma fase que cria realmente uma ligação às praias fora da Cidade e que não atravesse os bairros de quem mora e vive na Costa da Caparica.

Questiono se houve alguma tentativa de consultar a população, dado o impacto que isto poderá ter e provavelmente irá ter na Costa da Caparica.

Nos anúncios de consultas públicas não encontrei, mas pode me ter escapado.

Peço a ajuda do executivo para analisar estas questões e consiga equilibrar o desenvolvimento da infraestrutura viária e a vida das pessoas que moram na Costa da Caparica.

Para terminar, gostaria de falar sobre a ARU na Costa da Caparica, para indicar que os edifícios nesta zona, na zona da Torre das Argolas, encontram-se em zona de fronteira da ARU, mas não estão incluídas na ARU.

Em contrapartida, temos vários exemplos na ARU da Costa da Caparica em edifícios mais recentes também em zona de fronteira, mas dentro da ARU. Não me parece que isto seja uma descriminação positiva, para estes edifícios que muito destaque, têm na silhueta da Cidade. São edifícios que estão bastante expostos às intempéries e às brisas marítimas com o respetivo desgaste causado nas suas fachadas. Tenho mais situações identificadas, tenho um documento que posso entregar ao executivo caso o pretendam e agradeço a atenção."

5.2.6 – A Senhora Munícipe Natércia Anjos:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Frequentemente ouvimos nas notícias a informação do encerramento das urgências obstétricas e ginecológicas do Hospital Garcia de Orta, acrescentando ansiedade ao processo naturalmente estressante do nascimento e a outras situações de saúde.

Por fim, a notícia sobre o encerramento do serviço de obstetrícia do Hospital do Barreiro. Este encerramento não pode deixar de acrescentar pressão sobre os serviços de obstetrícia e ginecologia do HGO, confrontando com um acréscimo de procura, que compromete a assistência às mulheres dos Concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, e às mulheres dos Concelhos de Almada e Seixal. Se o aumento da distância à assistência médica aumenta o risco de complicações, partes em ambulâncias e a insegurança das mulheres e dos recém-nascidos, o aumento do número de utentes sobrecarrega os serviços e os profissionais de saúde degradando as condições para o exercício da atividade médica, aumentando o risco de erro médico com prejuízo para o utente e para o profissional. Justifica-se esta situação com a falta de médicos ginecologistas e obstetras. No entanto, este como os anteriores governos, continua sem tomar as medidas necessárias para melhorar as condições de trabalho e as carreiras dos médicos no Serviço Nacional de Saúde, continuando a alimentar a saída dos médicos do SNS para o setor privado.

O Movimento Democrático de Mulheres o MDM, tem vindo a denunciar esta situação quer em termos nacionais, quer em termos regionais. Não é a primeira vez que os Deputados Municipais de Almada e o executivo da Câmara Municipal, nos ouvem expor estas preocupações, a denunciar as políticas que têm vindo a ignorar, o acesso à saúde das mulheres e das crianças. Cá estamos mais uma vez, expondo a nossa preocupação com o

agravamento a que estamos a assistir, agora, com o encerramento definitivo do serviço de ginecologia e obstetrícia do Hospital do Barreiro.

Fala-se na construção de um centro materno-infantil para a Península de Setúbal, é um sentimento de quem volta ao parto sem assistência médica, em que da aproximação dos serviços de saúde aos utentes caminhamos para o aumento dessa distância. Será assim que pretende resolver-se o problema da falta de médicos? É através do aumento da distância entre o utente e os cuidados de saúde?

As mulheres têm o direito a cuidados de saúde sexual e reprodutiva, não em palavras, mas efetivos, e por isso com a proximidade necessária aos cuidados de saúde sem riscos acrescidos, sem comprometer a sua saúde e a dos seus bebés.

É necessário investir na formação e contratação de mais profissionais de saúde, garantir as condições que incentivem a sua permanência no SNS e garantam que todas as mulheres têm acesso efetivo a cuidados de saúde de qualidade. Porque não há igualdade, desenvolvimento e justiça social, sem a promoção da saúde sexual e reprodutiva das mulheres, a partir dos cuidados primários e unidades hospitalares do SNS, vimos mais uma vez propor que esta Assembleia e o executivo municipal, desenvolvam as ações necessárias para salvaguardar a qualidade dos cuidados de saúde de mulheres e crianças.

E porque nós mulheres não podemos calarmo-nos, vamos mais uma vez manifestarmo-nos no próximo dia 8 de março para celebrar o Dia Internacional da Mulher e gritar a nossa indignação face a esta situação e apelamos às mulheres desta Assembleia Municipal e do executivo municipal e do Concelho de Almada, a marcharem nesse dia, a partir das 14H30, nos Restauradores, em defesa dos direitos das mulheres, nomeadamente à saúde sexual e reprodutiva."

5.2.7 – O Senhor Munícipe Luís Ricardo:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria de ler um pequeno texto referente a um projeto executado num outro Concelho. Diz o seguinte: a Câmara Municipal de Oeiras lança o primeiro serviço de transporte gratuito de animais nacional e está disponível para todos os veterinários do Concelho.

O serviço funciona 24 horas, é disponibilizado pelos Bombeiros Voluntários do Dafundo e transporta animais em situações de emergência, como atropelamentos ou a necessidade da deslocação de animais às clínicas veterinárias dos animais de companhia cujos donos não tenham disponibilidade ou capacidade de se deslocar pelos próprios meios.

O serviço SOS PET dispõe de uma carrinha, cedida pela autarquia, e é gerido e operado pela Corporação de Bombeiros, com formação específica para o transporte de animais.

Para requisitar este serviço deve ligar a linha de emergência dos Bombeiros Voluntários do Dafundo, que está acessível 24 horas por dia.

Este serviço foi apresentado no dia 6 de maio de 2017, durante a Feira Animal no Jardim Municipal de Oeiras, cujo objetivo principal é promover a adoção de animais de estimação que estejam à guarda do Município. Posto isto, gostaria de saber se a Câmara Municipal de Almada, tem algum projeto semelhante a funcionar e se não têm, se haverá possibilidade de colocar no terreno um projeto semelhante.

Caros Senhores, na última reunião de Câmara falei do especismo e a necessidade de lutar contra ele. Gostaria agora de falar um pouco sobre o que é a senciência. No sentido de entendermos com maior profundidade, a urgência de empatia e compaixão para com os indivíduos das espécies não humanas.

A senciência é a capacidade de ter experiências positivas e negativas, como sentir dor e prazer. A senciência só pode existir em uma criatura consciente, porque ter uma experiência significa estar consciente de alguma coisa. O termo senciência enfatiza as próprias experiências, mas, para experimentar qualquer coisa, um indivíduo precisa ser consciente. No entanto dizer que somente os animais são sencientes, não significa que todos os

animais sejam sencientes. Para ter experiências é necessário ter um sistema nervoso central. E alguns animais não possuem esse sistema. Isso implica que existem animais que não podem ser sencientes.

Em primeiro lugar, incluiríamos aqui aqueles seres que não têm um sistema nervoso, como os poríferos, e aqueles que possuem um sistema nervoso que não é centralizado.

Os animais não sencientes então incluiriam as esponjas, corais, anêmonas e hidras.

Esses animais podem reagir a estímulos externos, e até mesmo empenhar-se para locomoção. Por exemplo, as esponjas, apesar de não terem um sistema nervoso, possuem um mecanismo físico que lhes permite realizar certos movimentos. Equinodermos (como estrelas-do-mar, ouriços-do-mar), podem ter um comportamento relativamente complexo. (como pode, por exemplo, uma planta carnívora). Mas, como no caso das plantas, não há nada na sua fisiologia para permitir a posse da senciência.

Dados os critérios que temos para considerar, se um ser é consciente, é razoável concluir que vertebrados e um grande número de invertebrados são conscientes. Entre os animais que são conscientes podemos incluir com um alto grau de certeza os vertebrados, incluindo os seres humanos, e invertebrados tais como os cefalópodes (como o polvo e a lula), já que eles satisfazem os critérios para a senciência. Além disso, também temos fortes razões para acreditar que outros animais como os artrópodes (insetos, aracnídeos e crustáceos) também são conscientes. A fisiologia desses animais é organizada de maneiras que parecem ser suficientes para dar origem à consciência, e seus comportamentos também parecem apoiar essa ideia.

Quanto aos outros animais, como moluscos bivalves, não temos razões tão fortes quanto aquelas que temos nos casos anteriores. No entanto, dados os problemas envolvidos na determinação das bases da consciência, não podemos descartar completamente a possibilidade de eles serem sencientes, ao contrário do caso daqueles com um sistema nervoso que não é centralizado.

Para finalizar, Senhora Presidente da Câmara, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados.

Esta breve exposição sobre a senciência teve como motivação a constatação da dimensão gigantesca do sofrimento dos animais não humanos e porque entendo, que um munícipe, consciente desta temática, é sempre uma mais valia para a comunidade e será sempre um munícipe preocupado com tudo aquilo que o rodeia, uma manifestação de um saber abrangente, um cidadão preocupado com tudo e com todos, e que procura no seu dia a dia, o caminho mais próspero, não só para si, mas para todos aqueles que fazem parte do mundo que o rodeia, e que desta forma, será visto como coisa ampla e não como coisa mesquinha, tacanha ou limitada."

5.2.8 – A Senhora Munícipe Isabel Braga:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sou ex-professora no Concelho de Almada, trabalhei em várias escolas, vivo em Almada há quase quarenta anos e na verdade preocupa-me o estado da mobilidade nesta terra e da Grande Lisboa, evidentemente.

Sou frequentadora de uma coisa que eu própria condeno, que é ter carro próprio, aliás, na minha casa há dois, mas na verdade não vejo meio de durante estes quarenta anos, o meu país me ter fornecido outra hipótese.

Há vinte e cinco anos tive uma filha, ensino articulado da música, escolas de Almada, António da Costa, Monte de Caparica, a Escola de Música a uma distância muito razoável como todos sabem, impossível de usar transportes públicos. Por exemplo, na minha própria atividade profissional o meu carro foi usado muitas vezes para transportar materiais, livros, etc., das escolas, da Câmara Municipal de Almada, portanto, toda uma situação. É que por muito que me esforçasse de não usar o carro próprio, é uma chatice, mas tem que ser, tem que ser.

Agora, o desincentivo geral para essa situação, parece que em Almada e na Grande Lisboa, está a ser ao contrário. Está a ser taxar o estacionamento. Eu fiz aqui uns textos catitas, sobre a mobilidade etc., mas depois pensei que era melhor o meu testemunho pessoal, portanto, vai de improviso.

Eu queria contar-vos a minha péssima experiência com a empresa WEMOB, antiga ECALMA, mas como agora também estamos no lançamento de um novo ordenamento do estacionamento em Almada, penso que é assim que se deve chamar, eu não recebi em minha casa nada, nem no meu carro, um panfleto, nada. Começarei por aí porque tenho umas questões um bocadinho inquietantes para colocar.

Primeira, vamos passar a pagar um dístico, o dístico que nos forneciam vai passar a ser pago. Acho que é imoral. Pagamos um IUC altíssimo, e pagamos dos IMI mais altos de todo o país. E sei isto, tenho uma família grande distribuída pelo país todo, por exemplo no Porto, numa zona nobre do Porto, em Lisboa, no Restelo, há muitos anos que o meu IMI em Almada consegue se bater os IMI dos outros familiares.

Agora, também vai ser só possível com a morada fiscal. Isso acho um bocadinho grave, porque há pessoas que por diversas circunstâncias têm que ter uma casa alugada e não têm essa morada fiscal no sitio em que têm a alugada, penso por exemplo, nos meus colegas professores que agora, certamente, vêm para Almada colmatar aqueles horários que não são possíveis e coitados deles, não moram em Almada, não são moradores, têm a morada fiscal em Viana do Castelo, como é que eles vão poder estacionar à porta do seu quarto, ou da sua casa, não acho moral.

Mais, um dia destes eu vou ficar velhinha, e a minha filha que tem a morada fiscal ainda em minha casa, vai passar a ter noutro sitio, é muito natural que ela precise de me visitar, dar-me apoio etc., isto é mais uma grande preocupação de todas pessoas da nossa idade, porque vamos para lá ou já lá estamos.

Entretanto, como referi há bocado, não considero que tenha havido boa informação do que se ia passar a seguir, porque eu não recebi nenhum papel, o meu condomínio pelos vistos, também não recebeu, e quando me dirijo à WEMOB, não tinham um papel para me dar, mandam-me olhar para o placard, no placar não estava lá nada, e depois na Internet. E eu disse que não era uma forma equitativa e geral de informar os cidadãos, não tinham um panfleto para dar, nada.

O que é que também me preocupa em relação a este novo ordenamento? Eu moro na Rua Torcata José Clavine, que é uma área habitacional, das mais densamente povoadas de Almada, provavelmente, e que teve infelizmente uma grande pressão de comércio e serviços. E isto é uma conversa muito antiga como o ordenamento do estacionamento em Almada, que é uma luta pessoal que eu tenho desde 2008, pessoalmente, o meu condomínio, dirigimo-nos a todos, à Presidência da Câmara Municipal, à Assembleia Municipal, à própria ECALMA na altura, e tenho a dizer com muito agrado, que os únicos que nos responderam foi sempre a Presidência desta Assembleia Municipal, e congratulo-me com isso, apesar de depois ter ficado umas respostas no ar.

A última coisa que me está a preocupar realmente e que eu peço uma reflexão à Câmara Municipal, a atuação de facto, da WEMOB e na verdade o assédio aos cidadãos, pelo menos na minha zona, eu não sei o que as outras pessoas sentem, o assédio que as pessoas sentem, a caça à multa é vergonhosa.

Muitas questões que houve no antigo ordenamento, na minha rua, deste lado eram residentes, do outro lado eram não residentes a pagar, a minha vida foi correr para almoçar depressa, pagar o menos possível de estacionamento, sair de casa porque tinha deixado o carro à noite e ir retira-lo, eu sou residente, isto não é próprio. Hoje estavam três jovens da WEMOB a multar os carros, já andam três, porque é que será que já andam três? Devem sentir uma pressão psicológica do descontentamento da população. Isto é grave.

Também gostaria de questionar a Câmara Municipal da situação que está na minha rua, somos a área dezasseis, olho para a rua em frente é a dezassete, continuando é a dezoito e depois é vinte e duas e eu tenho até ao final do mês para escolher duas áreas, o que é que se está a passar, não houve nenhum estudo, ninguém me venho perguntar verdadeiramente, qual é a minha necessidade de estacionamento. Penso que é muito importante ser revista esta regra e esta numeração das áreas."

5.3 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Maria Rita Magalhães (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Efetivamente, com a quantidade de assuntos que vieram a esta Assembleia Municipal, poderíamos estar aqui a falar durante bastante tempo, não é possível, pelo limite de tempo que temos neste ponto, mas queríamos estender a nossa compreensão e apoio à Senhora Munícipe Natércia Anjos, estamos de acordo. Este Governo e o anterior, estão a fazer um péssimo serviço público na nossa saúde e algo tem que mudar.

Senhora Presidente, eu trago aqui uma questão que infelizmente, em todas as Sessões há um munícipe que vem aqui ao púlpito a queixar-se das escolas. As escolas do Município continuam a ser um assunto em todas estas Sessões. Seja pelos refeitórios, seja por infiltrações, seja por um estado terrível a que os nossos alunos, os nossos filhos que moram em Almada, estão sujeitos.

Não basta fazer e trazer a esta Assembleia Municipal como está na ordem de trabalhos desta Sessão, o Regulamento dos Refeitórios, é preciso resolver o problema de onde as nossas crianças comem. Só falar nos refeitórios, nos valores, e nas normas, não chega, é preciso fazer mais.

Podíamos falar da Escola N.º 2 do Feijó que não tem refeitório, podíamos falar da Escola da Caparica do estado em que está e tantas outras no nosso Concelho. Infelizmente, podíamos falar de muitas e infelizmente, nada se resolve."

5.3.2 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Munícipe Isabel Braga veio trazer aqui um problema que de facto, é um problema muito complexo que hoje se vive em Almada. A CDU votou contra este Regulamento porque previamos exatamente que esta era a situação. Aliás, está afixado que a WEMOB irá receber aproximadamente, 3.000.000.00€ (três milhões de euros) resultantes de multas.

A WEMOB ou a ECALMA como existia na altura, não foi criada com este fim, foi criada para disciplinar e para que os serviços em Almada funcionassem, que a Cidade funcionasse, não é com multas que a Cidade de facto, vai funcionar melhor. Portanto, apelamos a que o executivo reveja esta situação."

5.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN);

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradecer naturalmente todas as questões que aqui foram colocadas, parece-me importante não só a participação dos munícipes, mas também trazer a esta casa as suas preocupações.

Deixar uma palavra ao Senhor Munícipe Luís Ricardo, que conheço pessoalmente e sei da sua dedicação aos animais e aquilo que faz no Parque da Paz, parece-me importante, não só a sensibilização, mas também tudo aquilo que é a ajuda na nossa Cidade.

Aproveita para deixar também aqui à Senhora Presidente uma questão que já tenho falado tanto com o Senhor Vereador como nas nossas reuniões de Comissão, que é exatamente, a resposta que nós damos aos animais em risco de vida ou acidentados, Almada não tem uma ambulância animal como foi aqui referido, mas tem que eu saiba ainda, um protocolo com o veterinário, para quando existam animais em risco de vida que eles possam ser encaminhados para esse veterinário. Mas o que eu proponho é que isso seja mais publicitado e que as pessoas saibam o que fazer porque, a maioria das pessoas não sabe que isso existe, nem sabe como agir em caso de haver uma animal acidentado, um animal em risco de vida, um animal que precise de ajuda imediata, as pessoas não sabem como agir. Portanto, já propus e volto a dizer que é preciso que isso seja explicado aos munícipes."

5.3.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, de forma muito breve e se me permitisse, eu começaria por passar a palavra ao Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, relativamente a todas as questões em função de obras, até inclusivamente, as obras do refeitório e depois poderia completar o resto dos esclarecimentos."

5.3.5 – O Senhor Deputado Vereador José Pedro Ribeiro (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à obra do refeitório, de facto, contávamos ter a obra já finalizada, por diversas vicissitudes, nomeadamente, a degradação acelerada do teto, foi necessário fazer uma alteração ao projeto, contamos efetivamente, lançar a obra ainda este ano e ainda este ano ficar concluída.

Naturalmente que, a não aprovação do Orçamento trouxe aqui questões complicadas e haverá necessidade de fazer agora também, uma alteração orçamental que venha a permitir o lançamento da obra.

Relativamente à obra da Rua do Juncal que foi aqui referida, aquilo que está previsto de facto, é várias lombas ao longo dessa infraestrutura, colocação de passadeiras, naturalmente terão que ser cumpridas as regras de trânsito e não ultrapassagem dos cinquenta quilómetros por hora e alguns sítios até pontualmente os trinta quilómetros por hora.

Aquilo que também está previsto é que a mesma, esta obra venha também a beneficiar a Costa da Caparica com a criação de menos trânsito por toda aquela que é a Avenida Dom Sebastião, local para o qual também está previsto um projeto que visa o seu melhoramento. O projeto já está lançado, prevemos que a obra venha a ser executada ou pelo menos lançado o concurso ainda este ano."

5.3.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para além das informações que foram aqui referidas, eu acho que é importante de facto, lembrar não só o estado de muitas das nossas escolas, e, portanto, temos estado a fazer um esforço grande, não apenas de arranjo de vários trabalhos quando são possíveis de fazer parcialmente nas nossas escolas, mas também alguns trabalhos profundos e estruturais das nossas escolas.

Relativamente à questão do refeitório, sabemos bem, não vou repetir e aliás, o Senhor Munícipe e bem, relembrou várias desventuras e como disse também aqui o Senhor Vereador, de facto, contamos lançar mais uma vez a empreitada, vamos sempre tentando melhorar para que tenha sucesso, neste momento está difícil porque há uma série de empreitadas que são grandes de mais para serem de simples contratação e são pequenas de mais num mercado que está todo ele a trabalhar. Portanto, temos tido vários azares nesse sentido quando são as chamadas obras intermédias onde os empreiteiros de facto, não estão a concorrer, porque não lhes compensam, porque estão com empreitadas muito maiores e muito mais volumosas.

Portanto, reconhecemos e é uma preocupação constante que temos, mas não desistimos, tanto nesse caso como no outro, é a única coisa que vos posso garantir é que não desistimos, não paramos e haveremos de conseguir. Agora, os factos são como são e não podemos fugir a eles, de facto, há momentos que estão a ser difíceis.

É óbvio que ainda por cima, neste momento estamos a ter que reprogramar uma série de obras para poder lançar quanto antes, porque também não é mistério para ninguém, que o facto de não termos o orçamento aprovado também não veio simplificar as coisas, mas também não desistimos, e também não vale a pena estarem aqui os Senhores Deputados a fazer de conta que isso não é um problema. Da mesma maneira que, por exemplo, o cheque veterinário também estamos a carregar com dinheiro para poder avançar com a matéria que também foi chumbada.

Relativamente à questão da Costa da Caparica, o Senhor Vereador já respondeu relativamente à obra do Juncal. Dar nota que também já está terminada uma obra muito importante, mais pequena, que também já queremos concluir que é terminar o troço da ciclovia que vai desde as praias até à Estrada Florestal, é uma obra que também queremos lançar agora para conseguir por fim fechar também aquela parte.

Relativamente à Senhora Natércia Anjos, dizer naturalmente, que Almada também está preocupada com estas reorganizações, nós não tememos e consideramos que é importante que haja uma reorganização, que haja um reforço da rede que foi tão importante ao nível dos serviços de obstetrícia e maternidade, nós nunca fomos contra essa ideia, vamos sim, pensar, vamos reformular e vamos ver como é que podemos sempre cada vez melhor. Agora, o problema também sabemos qual é e isso também já transmitimos e temos estado a transmitir, apesar do HGO estar no nosso território, somos solidários com os nossos colegas autarcas particularmente do Barreiro, e estamos com eles, até num comunicado que eles fizeram sair, da Moita, de Alcochete, com a preocupação da falta de pessoal médico porque, não se pode achar que é porque se concentra Almada que de repente vai acontecer o milagre de haver mais profissionais e não vai acontecer. Há cada vez mais utentes, e é preciso reforçar o pessoal médico e de saúde sem dúvida nenhuma. Portanto, quero lhe dizer que também já estamos a acompanhar essa matéria com preocupação. Mas não é a primeira vez que o fazemos.

Relativamente à Senhora Isabel Braga. Senhora Isabel Braga, uma professora é sempre professora, eu devo dizer que tenho alguma perplexidade face à sua intervenção, se há coisa que aconteceu nos últimos cinco anos e até ao nível da Área Metropolitana, foi uma melhoria muito substancial do transporte público, graças ao Navegante, graças ao novo contrato de transporte rodoviário, sobretudo no nosso território, posso lhe garantir que havia zonas inteiras do Município que não tinham um único autocarro e aumentou substancialmente a oferta, não só de carreiras, é preciso ainda melhorar as frequências, mas a criação da TML veio melhorar substantivamente. Já para não falar dos custos do passe. Como sabe, o passe único chegou a representar mais de 150.00€ (cento e cinquenta euros) por pessoa de um agregado. Era impressionante, sobretudo em Almada onde as pessoas chegavam a ter dois e três passes para poderem circular. Se me disser que está tudo feito, não, não está de certeza. Não está tudo feito, ainda agora estamos a trabalhar com a TML e o Metro de Lisboa, no projeto de extensão do metro até à Costa da Caparica, para continuarmos a melhorar a oferta de transporte público, haveremos de ter muito tempo para falar.

Agora, há aqui uma questão, que até fico espantada com a intervenção da Senhora Deputada Municipal da CDU, que diz que estas empresas de estacionamento estão aqui para disciplinar. Eu gostava de saber como é que se consegue disciplinar sem que haja incentivos por um lado, e sem que haja penalização quando há incumprimento por outro. Eu devo dizer que o tarifário do estacionamento, em todo o lado, tem como principal objetivo, justamente poder salvaguardar os residentes. Em Almada, temos o nosso Regulamento e essa questão das zonas é muito importante, é que as pessoas residentes ou mesmo todo o outro tipo de dísticos que também há dísticos profissionais, eu tenho todo o gosto de facto, em dar-lhe o link para poder ler o Regulamento, o Regulamento não cabe num panfleto, isso garanto-lhe, houve várias apresentações, mas a vantagem do próprio residente, é poder não só ter a sua zona, contrariamente ao que existia antes, onde as pessoas às vezes só tinham meia rua, passam a ter a zona de residentes e podem ter uma zona adjacente e devem poder também decidir dessa forma.

É verdade, admito que ninguém lhe tenha perguntado das suas necessidades, mas como deve imaginar, é difícil perguntar as necessidades individuais de cada um. Agora, houve uma verificação sobretudo da densidade populacional como referiu e bem, essa é a melhor forma que nós temos de garantir os direitos dos residentes, é justamente criar tarifários para aqueles que não são residentes e permitir assim uma maior rotatividade do espaço disponível para estacionamento, porque é um problema transversal em todo o lado, e disse e bem, em torno da Área Metropolitana, em todas as Áreas Metropolitanas, e em praticamente todas as cidades, porque é que se introduz um tarifário do estacionamento? É porque o espaço não estica o parque automóvel não para de crescer. E haverá um momento em que não é mais possível gerir tantos carros num espaço que é finito. A solução é melhorar os transportes públicos sem dúvida nenhuma, todos nós reconhecemos, quantas vezes os almadenses são obrigados a ter o carro para poder trabalhar, é uma realidade, é um processo que temos que continuar a avançar, a melhorar e com armas e com instrumentos que são aqueles que temos disponíveis, e que são aqueles que também, todos os Municípios usam, pelas mesmas razões e porque não há soluções milagre para os mesmos problemas, não existem. Melhoram muito a vida de muita gente, é possível que criem contrariedades a outras pessoas, mas isto é sempre tentar encontrar o equilíbrio para que o maior número possa ser beneficiado e não o maior número prejudicado."

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.1.1- Pelo Falecimento de Maria Teresa Horta, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Luisa Maria Galvão (PS);

6.1.1.1 – A Senhora Deputada Municipal Luísa Maria Galvão (PS);

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Partiu no passado dia 4 de fevereiro, em Lisboa, aos 87 anos de idade, Maria Teresa Horta, a última das "3 Marias", deixando em profundo consternamento toda a comunidade.

Maria Teresa Horta deixa ao País um extraordinário legado literário, mas também uma marca indelével na História, como lutadora incansável pelos direitos das Mulheres. O seu desaparecimento representa "uma perda de dimensões incalculáveis para a literatura portuguesa, para a poesia, o jornalismo e o feminismo, aos quais dedicou, orgulhosamente, grande parte da sua vida", assinala a Editora D. Quixote, porta-voz da triste notícia, a pedido da família. A nota da Editora prossegue, lamentando "o desaparecimento de uma das personalidades mais notáveis e admiráveis do nosso tempo, reconhecida defensora dos direitos das mulheres e da liberdade, numa altura em que nem sempre era fácil assumi-lo, e autora de uma obra que ficará para sempre na memória de várias gerações de leitores".

Coautora da obra "Novas Cartas Portuguesas", escrita com Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta usava a escrita como veículo para a sua luta. As "Novas Cartas Portuguesas" continuam a marcar gerações, constituindo-se como manifesto contra a ideologia vigente no período pré-25 de Abril, designadamente por denunciarem as opressões a que as mulheres eram sujeitas, um sistema judicial persecutório, a emigração e a violência fascista.

Com livros editados no Brasil, em França e Itália, foi amplamente premiada ao longo da sua carreira literária, destacando-se, só nos últimos anos, o Prémio Autores 2017, a Medalha de Mérito Cultural, o Prémio Literário Casino da Póvoa e a condecoração, em 2022, com o grau de Grande-Oficial da Ordem da Liberdade, pelo Presidente da República. Integrada em dezembro último pela BBC na lista das 100 mulheres mais influentes e inspiradoras de todo o Mundo, Maria Teresa Horta é uma referência para a Liberdade, para o feminismo e para todas as mulheres que aspiram à igualdade de direitos.

O desaparecimento de Maria Teresa Horta deixa a luta pela Igualdade mais pobre e também um vazio na sociedade portuguesa. A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária a 13 e 14 de fevereiro, manifesta o seu profundo pesar e endereça sentidas condolências à família."

6.1.2 – Pelo Falecimento de Maria Teresa Horta apresentado pelo Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE);

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado dia 4 de fevereiro, faleceu em Lisboa a escritora e jornalista Maria Teresa Horta. O anúncio foi feito pela editora Dom Quixote, a pedido da família, acrescentando tratar-se de "uma perda de dimensões incalculáveis para a literatura portuguesa, para a poesia, o jornalismo e o feminismo, a quem Maria Teresa Horta dedicou, orgulhosamente, grande parte da sua vida."

Recentemente, Maria Teresa Horta tinha sido escolhida pela BBC para a lista das "100 mulheres mais influentes e inspiradoras de todo o mundo". Passou pelo Diário de Lisboa, A Capital, República, O Século, Diário de Notícias e Jornal de Letras e Artes, entre outras. N'A Capital esteve à frente do suplemento Literatura e Arte, por onde passaram nomes como Alexandre O'Neill, Natália Correia, Ary dos Santos, Mário Cesariny, entre tantos outros.

Autora de uma extensa obra, a escritora viu o seu livro de poesia Minha Senhora de Mim apreendido pela PIDE oito dias após a sua publicação. Posteriormente foi alvo de uma feroz perseguição e de um processo de pura humilhação.

Chegou a ser fisicamente agredida em plena rua: "É para aprenderes a não escreveres como escreves", disseram-lhe.

Foi na sequência destes acontecimentos que Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa decidiram desafiar o regime fascista e "tecer", a seis mãos, a obra Novas Cartas Portuguesas, que seria publicada em 1972.

O regime fascista considerou o conteúdo de Novas Cartas Portuguesas "insanavelmente pornográfico e atentatório da moral pública" e ameaçou com uma pena entre seis meses a dois anos de prisão.

As "Três Marias" foram alvo de uma tentativa implacável de as humilhar e intimidar e de fingir que não se tratava de um processo político.

O julgamento coincidiu com a primeira conferência internacional de mulheres, que teve lugar em Boston, entre 3 e 5 de junho de 1973. As Novas Cartas Portuguesas foram o tema central deste encontro, e adotadas como a primeira causa feminista internacional.

A leitura da sentença chegou a estar marcada, após um primeiro adiamento, para o dia 25 de Abril de 1974. Mas a Revolução dos Cravos fez cair o regime fascista, e a sessão final acabou por decorrer a 7 de maio de 1974, com a absolvição das três escritoras.

Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno estiveram na origem da criação do Movimento de Libertação das Mulheres. A manifestação organizada por este movimento a 13 de janeiro de 1975, e a violência machista com que esta foi recebida, foi ilustrativa do longo caminho ainda a percorrer no sentido da efetiva libertação das mulheres.

Em 2021, a escritora recordou esse dia, que há poucas semanas fez 50 anos.

"Estávamos em liberdade, mas, de repente, as mulheres foram as únicas que sentiram que afinal não havia tanta liberdade quanto isso. Liberdade só para os homens, e talvez para as mulheres que se mantivessem quietinhas e caladinhas".

Convidada pelo Partido Comunista Português, da qual foi militante entre 1975 e 1989, a chefiar a redação da revista Mulheres, Maria Teresa Horta entrevistou mulheres com grande reconhecimento na área da política, cultura e literatura, entre as quais figuram Marguerite Duras, Maria Bethânia, Maria de Lourdes Pintasilgo ou Marguerite Yourcenar. Esta revista tornou-se numa experiência inédita, enquanto baluarte das lutas feministas e espaço de representatividade.

Distinguida com inúmeros galardões, em 2011, Maria Teresa Horta, ainda que aceitando o Prémio D. Dinis pela sua obra As Luzes de Leonor, recusou recebê-lo pelas mãos de Pedro Passos Coelho, a quem acusou de querer "destruir o país".

"Sem jamais se afastar da intervenção cívica e política, Maria Teresa Horta seguiu firme no apoio à causa feminista, sendo também uma defensora da candidatura de Marisa Matias nas eleições presidenciais de 2021.

Em 2022, ofereceu ao Bloco de Esquerda um poema inédito, intitulado 'Nós mesmas'."

Sem nunca abandonar a intervenção cívica e política, Maria Teresa Horta continuou a apoiar a causa feminista, sendo também apoiante da candidatura de Marisa Matias às eleições presidenciais de 2021.

Em 2022, ofereceu um poema inédito ao Bloco de Esquerda, com o título "Nós mesmas":

Nós somos a liberdade vamos além de nós mesmas; Somos aquelas que voam não queremos a violência; ...que nos impõe a desgraça nos humilha e despedaça.

Assim, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 13 e 14 de fevereiro de 2025, delibere:

Expressar o seu pesar pelo falecimento de Maria Teresa Horta, enviando condolências à família e amigos."

6.1.3 – Pelo Falecimento de Maria Teresa Horta apresentado pela Senhora Deputada Municipal Andreia Sofia Egas (CDU).

6.1.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Andreia Sofia Egas (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Liberdade - Se exijo liberdade - Tenho firmeza - Se digo Liberdade - Passo a mensagem - Se afirmo liberdade - Vem a beleza - Se escrevo liberdade - Canto a coragem*

Maria Teresa Horta

(*poema inédito escrito e oferecido ao PCP por ocasião do seu 100º aniversário)

Faleceu no passado dia 4 de fevereiro, aos 87 anos, a poetisa e escritora Maria Teresa Horta, ativa e empenhada militante da luta pelos direitos das mulheres.

Nascida em 1937 em Lisboa, onde frequentou a Faculdade de Letras, Maria Teresa Horta estreou-se na poesia em 1960, com a publicação de "Espelho Inicial". Em 1961 foi uma das promotoras da obra coletiva "Poesia 61", na qual participou com o caderno "Tatuagem".

Maria Teresa Horta iniciou a carreira jornalística em 1969, no vespertino A Capital, assumindo a coordenação do Suplemento "Literatura e Arte". Em 1971 publica, "Minha Senhora de Mim", obra considerada um marco na criação poética feminina em Portugal. Apreendido de imediato pela polícia política da ditadura, o livro esteve na origem de uma campanha de ameaças, insultos e de uma agressão à autora na via pública por três serventuários do regime. Publicou diversos textos em jornais como Diário de Lisboa, A Capital, República, O Século, Diário de Notícias e Jornal de Letras e Artes, e foi chefe de redação da revista Mulheres, entre 1977 e 1988.

O ano de 1972, é o ano da publicação, em coautoria com Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, as "Três Marias", como viriam a ficar mundialmente conhecidas, da obra "Novas Cartas Portuguesas", livro que valeu às três escritoras um processo judicial por "*pornografia e ofensas à moral pública*", expediente com que o regime fascista tentou silenciar uma obra que denunciava o atraso da sociedade portuguesa daquele tempo, em especial a situação de profunda discriminação e inferioridade a que a mulher estava sujeita. A forte corrente de solidariedade feminista internacional com as autoras acabou por contribuir para um ainda maior isolamento do regime fascista.

Encerrado o processo com uma sentença absolutória já após a Revolução de 25 de Abril de 1974, Maria Teresa Horta fundou então, com Maria Isabel Barreno e outras feministas, o Movimento de Libertação das Mulheres. Neste período militou no Partido Comunista Português, partido que abandonou em 1990.

Manteve, até aos dias de hoje, uma intensa criação poética e ficcional, tendo, já em 2006, publicado em França "Les Sorcières – Feiticeiras", edição bilingue da Actes Sud, com tradução de Catherine Dumas. No Brasil, publica em 2007 "Antologia Pessoal + 22 poemas inéditos", "Palavras Secretas", em 2009 publica "Poemas do Brasil" e, em 2014, a antologia de contos "Azul Cobalto".

Em setembro de 2007 foi convidada fazer a comunicação de abertura do XXI Encontro dos Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa, na Universidade de São Paulo, tendo ainda apresentado uma comunicação sobre a sua vida e obra no Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro. Em setembro de 2009 foi homenageada em Natal, Brasil, no âmbito do IV Seminário Internacional Mulher e Literatura, e voltou a apresentar uma comunicação ao XXII Encontro dos Professores Brasileiros de Literatura Portuguesa, em Salvador (Bahia). Maria Teresa Horta é descendente em quinta geração da Marquesa de Alorna, a escritora e poetisa pré-romântica a quem dedicou o romance "As Luzes de Leonor" (2011).

Foi condecorada com o grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique pelo Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, no dia 8 de março de 2004, Dia da Mulher. Em 2008, foi distinguida com o "Prémio Paridade: mulheres e homens na comunicação social", pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Em 2010 é-lhe conferido o Prémio Máxima Vida Literária, pelo seu livro "Poesia Reunida". Em 2012 recebeu o prémio D. Dinis - 2011, da Fundação da Casa de Mateus, atribuído, por unanimidade do júri, ao seu romance "As Luzes de Leonor". O mesmo livro foi galardoado, ainda em 2012, com o Prémio Máxima Literatura. Em 2013 é designada pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género, a par de Maria Isabel Barreno, "mulher inspiradora da Europa" pela coautoria de "Novas Cartas Portuguesas". Em fevereiro de 2014 é a escritora homenageada das Correntes d'Escrita, na Póvoa de Varzim, que lhe dedica a capa e o dossier da revista com o mesmo título. Em 22 de Maio de 2014, é-lhe entregue pelo presidente da Sociedade Portuguesa de Autores, José Jorge Letria, o prémio "Consagração de Carreira".

Escritora de grande vulto, destacada jornalista, Maria Teresa Horta foi também uma cidadã que recordamos pela sua intervenção durante a ditadura fascista, na defesa da liberdade de expressão e dos direitos das mulheres, contra a profunda discriminação e inferioridade a que a mulher estava sujeita. Destacou-se desde jovem pela sua reivindicação de igualdade e complementaridade entre mulher e homem, sofrendo por isso a repressão do regime fascista.

Foi a voz serena, límpida, de combate e rebeldia, de afirmação do corpo e do desejo da Mulher; uma poética que estabeleceu de forma exemplar, nos tempos, na distensão sintática, na componente lírica e livre da fala, na revelação dos territórios íntimos e no combate geracional pela dignidade e pela justiça.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere manifestar o mais profundo pesar pelo falecimento de Maria Teresa Horta, expressando à sua família e amigos as mais sentidas condolências, na certeza de que parte fisicamente a Mulher e Poeta, mas restam perenes connosco alguns dos mais belos textos-poema da literatura portuguesa contemporânea."

6.1.4 – No debate usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.1.4.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Penso que os Vereadores do PS, querem naturalmente, associar-se a todos os votos de pesar aqui apresentados. Estou certa que a Senhora Vereadora Francisca Parreira, até enquanto dirigente das Mulheres Socialistas, de uma forma ainda mais especial.

Eu penso que para além da admiração pela artista, pela poesia de Maria Teresa Horta, todos nós devemos ter o reconhecimento pela luta que travaram. Maria da Teresa Horta, também nunca deixou de lembrar, que a sua luta não era apenas uma luta pelas mulheres, era uma luta pela dignidade, pelos direitos humanos e pelos direitos fundamentais de todos.

Mas não deixa no entanto, de ser um marco, ela como as outras 2 Marias, não deixam de ser um marco daquilo que têm sido as lutas feministas, que não se esgotam, ao contrário do que muitos pensam e que até nos últimos tempos, têm encontrado infelizmente razões que sobram para estarem cada vez mais acesas e as mulheres estarem cada vez mais atentas, para que não haja aqui como tem havido também noutras áreas, tendências de retrocesso muito nefastos.

Portanto, são mulheres que são exemplos, pela coragem, pela inteligência, pela generosidade, pela determinação e também em particular, neste caso, pelo imenso talento e inteligência que caracterizava Maria Teresa Horta."

6.1.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.1.5.1 – O voto de pesar pelo Falecimento de Maria Teresa Horta foi aprovado por unanimidade.

6.1.5.2 – O voto de pesar por falecimento de Maria Teresa Horta foi aprovado por unanimidade.

6.1.5.3 – O voto de pesar por falecimento de Maria Teresa Horta foi aprovado por unanimidade.

6.1.6 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.2 – Para apresentar uma declaração política usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Daniel Salgueiro Silva (PS).

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Salgueiro Silva (PS):

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É do conhecimento de todos a existência de um aglomerado de construções de génese ilegal em Penajóia, em terrenos de propriedade do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, I.P.). Essas construções de génese ilegal em Penajóia acediam ao fornecimento de água e energia por via de ligações irregulares à rede pública, existindo suspeitas de que parte destas construções foram ilegalmente vendidas e arrendadas.

Considerando a inércia face à situação do proprietário dos terrenos em causa, a Câmara Municipal de Almada notificou por diversas vezes o IHRU, I.P. para que procedesse à reposição da legalidade, o que até à presente data não ocorreu.

No âmbito das suas competências, a Câmara Municipal de Almada emitiu auto de embargo para as obras de construção ilegais a decorrer em Penajóia, não tendo esse auto sido respeitado. Nesse sentido, e face às persistentes irregularidades, a Câmara Municipal viu-se forçada a apresentar queixa-crime ao Ministério Público.

Após várias insistências por parte do Município, o IHRU, I.P. iniciou demolições em Penajóia, mas apenas daquelas construções que estivessem inacabadas ou inabitadas.

Sobre este assunto o Ministério das Infraestruturas e Habitação comprometeu-se, em resposta à Pergunta Parlamentar n.º 218/XVI/1.ª, formulada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, com a elaboração de um "(...) diagnóstico social individual das necessidades de cada agregado familiar (...)" que, até ao presente, não terá sido realizado.

Em reunião, realizada no passado dia 3 de dezembro, nos Paços do Concelho, entre a Sra. Presidente de Câmara de Almada e Presidente do IHRU, I.P., este último comprometeu-se a apresentar, com brevidade, plano de ação para resolver os problemas de Penajoia, algo que até ao momento também não aconteceu.

Como é sabido, a Estratégia Local de Habitação do Município de Almada, aprovada anteriormente neste órgão, não identifica Penajóia como núcleo precário, uma vez que à data ainda não existia este aglomerado de construções.

O Município de Almada tem atualmente, conforme última listagem publicada, 221 candidaturas pontuadas e em lista de espera para atribuição de habitação em regime de arrendamento apoiado, tendo já realizado no presente mandato autárquico duas operações de realojamento em núcleos precários, nos Bairros do 2.º Torrão e Terras de Abreu e Lelo Martins, nas quais mais de uma centena de famílias tiveram, em muitos casos pela primeira vez, acesso a uma habitação condigna.

Para além de proprietário do terreno em causa, o IHRU, I.P. é, conforme disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 175/2012, de 02 de agosto, "(...) a entidade pública promotora da política nacional de habitação (...)", tendo por missão, conforme n.º 1 do artigo 3.º do mesmo diploma "(...) garantir a concretização, coordenação e monitorização da política nacional de habitação (...)".

Quer isto dizer que esta entidade pública não tem assumido as suas responsabilidades, não só enquanto proprietário dos terrenos em Penajóia, mas também as suas responsabilidades enquanto promotor da política nacional de habitação.

Face ao exposto, o Grupo de eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Almada considera inaceitável a inação do Governo e da Administração Central perante esta situação, que urge resolver, devendo por isso o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, por via do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., o qual tutela, dar cumprimento às suas obrigações legais e compromissos já assumidos,

nomeadamente a realização de um diagnóstico social completo das famílias ocupantes de construções em Penajóia, a definição de um Plano de Ação para a resolução deste problema, e a reposição da legalidade naqueles terrenos, acautelando a situação concreta de cada família."

6.3 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica (IND), para apresentar uma Saudação à "Associação de Surf da Costa da Caparica";

6.3.1.1 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins (IND):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Fazer História, Criar Memórias

Com a participação da Associação de Surf da Costa de Caparica (ASCC) no World Club Challenge – World Team Surfing Competition, competição de Surf por equipas que se realizou na Austrália, na mítica praia de Snapper Rocks, nos dias 17 a 19 de janeiro, foi feita história.

A ASCC foi a primeira equipa europeia a participar neste evento que junta equipas de surf de todo o mundo, onde a par das potências do surf da Austrália, América e Havai, estavam alguns ex-campeões do Mundo e atuais atletas masculinos e femininos do circuito mundial de surf, ombreou-se durante três dias e sempre na prova principal até atingir um brilhante 5.º lugar entre 48 equipas, falhando por pouco a grande final.

Tive a oportunidade de ir acompanhando a transmissão em streaming ao longo de toda competição.

Dos comentários iniciais sobre a admiração por uma equipa europeia vinda de tão longe, da dúvida, motivada pelo desconhecimento, sobre o potencial dos seus atletas, à confirmação do seu valor.

Durante 3 dias cada vez que a ASCC entrava na água, falou-se de onde vinham, da pequena cidade da Costa de Caparica, da paixão crescente dos portugueses pelo surf, do povo português caloroso, de lugares icónicos do nosso país para fazer surf, das experiências individuais dos comentadores enquanto gente do surf no nosso país. Falou-se de Portugal.

Às tantas, já não era só a ASCC que estava ali, era Portugal representado e os seus atletas sentiram-no e foram-no sentindo a cada bateria em que iam progredindo até ao sonho da grande final, em que alcançaram, digamos assim, a final A ficando em terceiro nesta final e falhando, por uma nesga, a final principal onde se juntavam os dois primeiros classificados da Final A e Final B.

A forma vibrante como viveram coletivamente a experiência desta competição, como foram fazendo história e criando memórias, levou-os ao reconhecimento por parte da Organização ao atribuir-lhes o Prémio referente ao "Melhor Espírito de Equipa do Campeonato".

A Junta de Freguesia orgulha-se de ter contribuído para a concretização da participação da ASCC neste Mundial de Clubes, envolvendo-se desde que dela tomou conhecimento e onde pediu que fosse entregue uma pequena oferta ao clube anfitrião da competição, Snapper Rocks Surfriders Club, levando um pouco da nossa identidade e cultura a todo o Mundo.

Portugal é já uma nação do surf reconhecida pela comunidade internacional e com potencial para crescer desportivamente e economicamente, do qual a Costa de Caparica já faz parte e quer continuar a fazer, consolidando a sua posição, mas para isso tem de haver reconhecimento coletivo e união de esforços, criando condições para a concretização desse objetivo.

Um agradecimento final aos principais protagonistas desta história e destas memórias, campeões e futuros campeões, Mafalda Lopes, Guilherme Ribeiro, Martim Paulino e Tiago Guerra e equipa técnica pela estratégia montada.

Uma palavra especial de incentivo ao Presidente do clube Miguel Gomes por continuar a acreditar no seu projeto de surf e um sentido obrigado a quem, durante muito tempo, foi trave mestra da formação desta Associação, o malogrado Pedro Carvalho.

Envie-se esta saudação para a Federação Portuguesa de Surf, Associação de Surf Costa de Caparica (ASCC), Departamento de Desporto e Juventude da Câmara Municipal de Almada e Capitania do Porto de Lisboa."

6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS), para apresentar uma Moção "Pela urgente resolução dos constrangimentos no transporte ferroviário na Ponte 25 de Abril";

6.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em dia de tempestade e à hora de ponta, Luísa Martinho mentaliza-se para entrar no modo de "sardinha enlatada". Aguarda pelo comboio da Fertagus na linha 4 da estação de Sete Rios, em Lisboa, em direção a Setúbal. Sairá no Pragal, em Almada. Tem sorte. Outras pessoas seguem viagem para mais longe. O inferno será mais prolongado. O que já foi considerado um serviço de excelência, é agora um trauma diário para os seus utilizadores.

A sobrelotação do comboio da ponte, que assegura a ligação da Margem Sul do Tejo à capital e vice-versa, é um facto lamentável a que se juntam as ameaças e os insultos entre passageiros, tudo para não perderem a viagem e chegar tarde aos seus empregos.

No percurso inverso, de Setúbal para Lisboa, o comboio em hora de ponta já há muito atingiu a sua lotação e em Campolide já não entram mais pessoas. Quando parte de Roma-Areeiro, nas duas estações seguintes fica lotado.

A procura tem vindo a crescer, sendo necessário mais horários, quer ao dia útil, quer ao fim de semana e, seguramente, mais carruagens para transportar pessoas. E o que se constata é que, embora a regularidade esteja a aumentar, o número de comboios mantém-se. Circulam dezassete, a totalidade da frota, cuja concessão foi atribuída a um operador privado, o Grupo Barraqueiro.

Destes dezoito comboios, onze são duplos (oito carruagens) e os restantes simples (quatro carruagens). A questão é que os passageiros que esperam nas estações intermédias já não conseguem entrar, pior ainda quando circula um comboio pequeno/simples, com menos capacidade.

As regiões mais afetadas são Almada e Seixal, que também são as mais populosas. Há que aumentar rapidamente a oferta de comboios em circulação, nomeadamente, colocar uma quinta carruagem.

A solução para o problema de sobrelotação da Fertagus pode ainda passar por transferir comboios iguais da CP para a empresa responsável pela ligação entre as duas margens do rio Tejo e ainda, adquirir mais carruagens no mercado de usados prontas a circular. Por exemplo, adquirir comboios de perfil semelhante que Espanha está a retirar de circulação, da série 450 que são, basicamente, iguais às 3500 no veículo não-motor. Também tem carruagens motoras e tem carruagens não-motoras, e as não-motoras são basicamente iguais. A adaptação seria simples, sendo necessária apenas devido à alimentação das linhas ferroviárias espanholas – Portugal usa uma voltagem de 25 mil volts em corrente alternada, enquanto a Espanha usa três mil volts em corrente contínua.

Aliás, a Fertagus tem ao serviço 18 automotoras elétricas, cujo proprietário é o Estado, através da empresa Sagesecur. Esses 18 comboios de dois pisos e quatro carruagens fazem parte da série 3500, um grupo de 30 automotoras que foram compradas pela CP em 1998 - enquanto 18 foram cedidas para o serviço de passageiros no chamado Eixo Ferroviário Norte-Sul, doze comboios ficaram ao serviço da CP, onde fazem parte do serviço urbano de Lisboa até a Azambuja.

As pessoas estão a mudar o seu local de residência para as periferias e depois têm de vir todos os dias para os centros urbanos. Toda a margem sul do Tejo está a ter um dinamismo que não tinha. É improvável que a procura pelo comboio se reduza nos próximos tempos na margem sul do rio Tejo, pelo que agir neste momento é

necessário e inadiável. O Estado tem de ter a capacidade de comprar material circulante, o que não está a acontecer.

Ou seja, pelo exposto, a sobrelotação dos comboios da Fertagus é um problema grave diário que afeta milhares de passageiros que, diariamente, utilizam este meio de transporte para se deslocarem entre a Margem Sul e Lisboa.

Recordamos que a Fertagus transportava em 2019, no seu aniversário de 20 anos de operação, cerca de oitenta e três mil pessoas por dia. Hoje transporta muitas mais, e devem ser tratadas pelo Estado e pela Fertagus com o respeito que merecem.

O Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2025, delibere:

1 - Solicitar ao Governo da República, indagando para o efeito o Ministério das infraestruturas e habitação, em concreto o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas e a Senhora Secretária de Estado da Mobilidade, informação detalhada sobre os problemas que atualmente existem na operação FERTAGUS, travessia ferroviária na Ponte 25 de Abril, e o que se pretende fazer no curto prazo para resolver esses problemas identificados.

2 - Recomendar ao Governo da República, em concreto ao Ministério das infraestruturas e habitação, que resolva no curto prazo os problemas da já identificada falta de carruagens para transportar os passageiros, colocando rapidamente a quinta carruagem nas composições a operar."

6.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU), para apresentar uma Moção/Deliberação "Fornecimento excecional e provisório de energia elétrica ao bairro precário de Penajoia";

6.3.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

1. Os problemas atuais da habitação, que afetam muitos milhares de portugueses e almadenses, são resultado direto da uma desenfreada e descontrolada especulação imobiliária, que tem florescido ao longo dos anos pelas políticas, deliberadas ou por inação, dos diferentes governos da responsabilidade do PS e do PSD.
2. Os dados mais recentes, divulgados pelo INE, não iludem: o ano de 2024 foi particularmente rentável para os especuladores imobiliários, enquanto milhares e milhares de portugueses perderam as suas habitações por não conseguirem pagá-las, seja em situações de arrendamento, seja em situações de crédito bancário.
3. Em pleno século XXI, num país e num concelho que se querem – e se afirmam – progressistas e desenvolvidos, onde os valores da solidariedade são reiteradamente afirmados em todos os discursos oficiais, é absolutamente inaceitável a existência, no Concelho de Almada, em Penajoia, Freguesia do Pragal, de largas centenas de cidadãos viverem há larguíssimo tempo sem acesso corrente a água potável, e mais recentemente sem acesso, também, a energia elétrica.
4. O acesso a estes bens essenciais para a qualidade de vida de qualquer pessoa, e mesmo para a sobrevivência, é um direito humano inalienável, que não pode ser recusado em nenhuma circunstância.
5. A situação em que vivem atualmente centenas de pessoas, incluindo muitas crianças, numa parcela de território do Concelho de Almada, obriga-nos a refletir e agir no sentido de encontrar uma solução urgente para a situação em que se encontram aquelas pessoas, o fim de linha de um sistema que se revela incapaz de assegurar que todos têm acesso aos bens essenciais e indispensáveis à qualidade mínima de vida, incluindo uma habitação condigna para si e para a sua família, como a Constituição da República Portuguesa consagra.
6. A situação atualmente vivida em Penajoia obriga-nos, também, a construir e adotar medidas transitórias, e de carater provisório, que proporcionem a minimização das condições de vida indignas que o bairro da Penajoia hoje conhece.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal delibere:

Recomendar à Câmara Municipal de Almada que inicie, de imediato, os necessários procedimentos no sentido de ser encontrada uma plataforma de entendimento para a celebração de um acordo tripartido entre a Câmara Municipal, a Associação de Moradores e a eRedes, ou quadripartido envolvendo igualmente o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), proprietário dos terrenos em causa, que permita, a exemplo do que foi possível acordar relativamente ao Bairro do 2º Torrão em 2017, o fornecimento de energia elétrica àquele bairro a título excecional e provisório, contribuindo ativamente para a redução das condições de indignidade e precariedade que atualmente afetam, de forma dramática, centenas de famílias naquele bairro precário do nosso Concelho."

6.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU), para apresentar uma Moção "Pela resposta urgente aos graves problemas no atual serviço do Comboio da Ponte";

6.3.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As populações e os utentes dos transportes do Concelho de Almada estão confrontados, com uma situação inaceitável no funcionamento da ligação ferroviária a Lisboa, operada pela empresa Fertagus. As alterações realizadas neste serviço, com a diminuição da capacidade da generalidade dos comboios (passando de oito para quatro carruagens), estão a provocar problemas gravíssimos nas deslocações quotidianas dos munícipes.

Há muito tempo que é urgente e indispensável o reforço da oferta de transporte ferroviário na linha ferroviária entre Setúbal e Lisboa, com mais comboios, mais circulações e o alargamento do serviço a estações como Lisboa Oriente ou Praias do Sado. O aumento do material circulante é condição para o reforço da oferta de transporte ferroviário, mas tal nunca foi assegurado pela Fertagus.

Agora, a situação tornou-se verdadeiramente caótica, com comboios apinhados nas horas de ponta, de manhã em direção a Lisboa, sendo a estação do Pragal um dos casos mais gritantes, onde há passageiros que veem passar dois e três comboios sem conseguir entrar. Ao fim da tarde, no regresso de Lisboa para a Margem Sul do Tejo, a situação repete-se.

A Fertagus recebe, pelo passe Navegante, o dobro das compensações da CP, sem nunca ter comprado um único comboio. O atual Governo prolongou a concessão do transporte ferroviário entre Lisboa e Setúbal pela ponte 25 de Abril à Fertagus, empresa do Grupo Barraqueiro, até 31 de março de 2031, sem ter sido devidamente acautelado o respetivo aumento de material circulante para assegurar a qualidade do serviço prestado.

O Governo e a Fertagus estão a tentar concretizar o desvio de comboios da CP Lisboa para a Fertagus. Foi lançada a falsidade que esse material da CP está «encostado». As doze unidades de dois pisos (UQE 3500) da CP tiveram agora a grande reparação de meio de vida – num investimento da CP superior a 17,5 milhões de euros – e estão a operar: estão modernizadas e são fundamentais para assegurar o serviço atualmente prestado às populações da Margem Norte do Tejo.

A solução para a falta de oferta de material circulante na margem sul, que é imperioso e urgente resolver, não se pode encontrar criando problemas em toda a restante rede do transporte ferroviário.

É imperioso usar os recursos existentes em toda a sua capacidade – mas permitindo à CP estender o seu serviço ferroviário urbano à ligação da Ponte 25 de Abril, e assim contribuindo para aumentar a oferta e acabar com a atual degradação. É possível encontrar soluções, a partir do serviço da CP das linhas de Sintra e Azambuja, sem reduzir a atual oferta na margem norte, que prolonguem o serviço da CP à Península de Setúbal, tal como já deveria existir há muitos anos se a concessão à Fertagus não constituísse ela mesmo um bloqueio.

No curto prazo, este alargamento da oferta da CP ao serviço suburbano no Eixo Ferroviário Norte-Sul permitiria acabar com os atuais constrangimentos, sem prejudicar os restantes utentes.

É de sublinhar, todavia, que a solução dos problemas de fundo que agora se fazem sentir exige medidas de fundo, que são no essencial conhecidas: a urgente necessidade de concluir o processo de aquisição de novos

comboios por parte da CP, pondo termo aos atuais bloqueios e litigâncias; o fim da degradação da oferta no transporte fluvial; a concretização, sem mais adiamentos, da Terceira Travessia do Tejo entre Barreiro e Lisboa.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propões que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Manifestar total solidariedade para com os utentes e os trabalhadores da Fertagus, confrontados atualmente com a situação insuportável no funcionamento deste serviço.
2. Reclamar a concretização de medidas imediatas para reforçar a oferta de transporte ferroviário (e em geral da oferta de transportes públicos) no concelho de Almada, na região da Península de Setúbal e na Área Metropolitana de Lisboa.
3. Rejeitar frontalmente as decisões que respondam aos problemas do serviço ferroviário de um concelho agravando os problemas de outros.
4. Afirmar a absoluta necessidade de que o Governo concretize rapidamente as seguintes medidas:

a - Diligenciar de imediato a autorização que permita à CP estender o serviço ferroviário urbano na ligação Lisboa/Setúbal do Eixo Ferroviário Norte-Sul, reforçando a oferta de transporte e servindo adequadamente as populações da região;

b - Dar orientações à CP para que realize com a máxima urgência um plano para garantir a sua operação de transporte ferroviário, designadamente na ligação entre Lisboa e Coina/Fogueteiro, não excluindo outras opções, contribuindo assim para aumentar a oferta de transporte a Sul sem reduzir a oferta a Norte;

c - Iniciar o processo com vista à integração da Fertagus na CP, garantindo uma gestão operacional integrada e reforçada e permitindo o incremento e renovação da frota e da oferta naquele serviço entre Setúbal e Lisboa."

6.3.5 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luisa Rodrigues (CDU), para apresentar um Voto de Protesto "Sobre a demora na resolução dos problemas de acesso ao Serviço Nacional de Saúde";

6.3.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

1. A população de Almada confronta-se desde há muito com significativas dificuldades de acesso a cuidados Hospitalares no Hospital Garcia de Orta, a Cuidados de Saúde Primários nos Centros de Saúde, Unidades de Cuidados Continuados e Paliativos contratualizadas com o SNS e a Segurança Social e mesmo a avaliações Médico Legais da responsabilidade da Autoridade de Saúde Pública.
2. Sendo verdade que são conhecidos os problemas, com particular gravidade no campo da assistência materno infantil e no acesso a cuidados urgentes; de consulta no próprio dia em caso de doença aguda; de acesso a consultas de especialidade e a tratamentos e de demora na realização de Exames Complementares de Diagnóstico, não é menos verdadeira a falta de coerência e determinação que se verifica no apontar de soluções e na sua concretização, o que leva, com grande prejuízo para a população, à degradação dos serviços públicos de saúde que o Estado está obrigado a prestar.
3. O elevado número de mortos acima de esperado durante a previamente anunciada época dos surtos virais e infeções respiratórias nos meses recentes; o facto de se verificarem casos de gravidez não vigiada e da mortalidade infantil atingir números muito preocupantes na nossa região, são motivo de grande preocupação e insegurança.
4. Unidades de saúde cuja construção ou remodelação se exige, têm incerta ou adiada a sua efetivação dando lugar a que surjam outras unidades de oferta privada, de elevado custo e por isso inacessíveis a vastos setores da população ao mesmo tempo que absorvem profissionais que tanta falta fazem ao SNS.
5. A contratação pública de médicos e outos profissionais no SNS não se concretiza arrastando-se um conflito cuja solução há muito se sabe ser de importância estratégica para que o Direito à Saúde seja uma realidade.

6. Nos órgãos superiores de gestão do SNS está instalada a confusão e o desnorte com a consequente incerteza e paralisia.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Juntar-se ao protesto da população em face da situação existente e da sua progressiva degradação.
2. Apelar ao Governo e à Câmara Municipal para que, no âmbito das responsabilidades que cabem a cada um destes órgãos, adotem medidas imediatas para que sejam superados os obstáculos que se colocam ao acesso ao Serviço Nacional de Saúde e à concretização do Direito à Saúde."

6.3.6 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Recomendação "Ação Imediata no Bairro Ilegal da Penajoia";

6.3.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nos últimos meses, tem-se verificado uma proliferação alarmante de construções ilegais nesta zona de Almada, um fenómeno que coloca em risco o ordenamento do território, a segurança pública e a qualidade de vida da população. O crescimento descontrolado deste bairro clandestino segue um padrão preocupante, semelhante ao que ocorreu noutras áreas do país, como a Cova da Moura, onde a ausência de fiscalização atempada resultou na consolidação de um núcleo habitacional degradado e sem infraestruturas adequadas.

Desde o início de 2024, o CHEGA tem alertado repetidamente para esta situação, na Assembleia Municipal, sublinhando a necessidade de intervenção imediata das autoridades competentes. Apesar destes alertas, a construção ilegal tem continuado, sem que tenham sido tomadas medidas eficazes para travar a expansão deste bairro clandestino.

O Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) procedeu à demolição de algumas construções na zona sul da Penajóia, mas tal revelou-se insuficiente, uma vez que simultaneamente surgiram dezenas de novas edificações ilegais na zona norte, demonstrando uma falta de coordenação e planeamento estratégico para conter o fenómeno.

Além disso, as imagens recolhidas no local demonstram um padrão claro nas construções, onde todas as habitações apresentam características semelhantes. Isto indica que não se trata apenas de ocupações individuais e desordenadas, mas sim de um esquema organizado, promovido e executado por uma entidade ou grupo estruturado, possivelmente com interesses económicos ou políticos na expansão desta ocupação ilegal.

A contínua expansão deste bairro clandestino representa um risco não só para a segurança dos seus ocupantes, mas também para o município como um todo, dado que bairros degradados sem infraestruturas básicas acabam por se tornar um peso insustentável para os serviços municipais e para a sociedade em geral. Se não forem tomadas medidas urgentes, Almada estará a assistir ao nascimento de mais um bairro desordenado, à semelhança de outros já existentes no concelho, sem qualquer planeamento ou condições de habitabilidade.

Para evitar este cenário, é essencial que a Câmara Municipal atue de imediato, reforçando a fiscalização, impedindo novas construções e promovendo ações legais contra os responsáveis por esta ocupação ilegal.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada recomenda à Câmara Municipal que:

1 - Interceda de forma imediata e eficaz junto das entidades responsáveis, incluindo o proprietário do terreno e as autoridades fiscalizadoras, para impedir a continuação das construções ilegais;

2 - Reforce a fiscalização diária e rigorosa para impedir novas edificações e controlar as atividades na zona, garantindo que não se repita o erro da zona sul, onde demolições pontuais foram seguidas por novas construções ilegais noutra área;

3 - Adote uma estratégia clara e eficaz para impedir que Almada continue a gerar novos bairros degradados, que representam uma sobrecarga para os serviços municipais e para a segurança pública;

4 - Investigue e identifique a entidade ou grupo responsável pela construção das habitações ilegais, uma vez que há evidências de um processo organizado e não de meras construções isoladas, permitindo assim um combate mais eficaz a este fenómeno;

5 - Apresente uma queixa-crime e instaure as ações legais necessárias contra os responsáveis pela promoção, financiamento e construção das habitações ilegais, garantindo que sejam aplicadas sanções efetivas para dissuadir novas infrações;

- Informe periodicamente a Assembleia Municipal sobre as ações tomadas para combater este fenómeno e garantir que não se perpetue a inação que se tem verificado até agora."

6.3.7 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE), para apresentar uma Moção "Preservar a memória do horror: ação coletiva contra o ódio, o preconceito, a desumanização e a indiferença";

6.3.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há oitenta anos, na tarde de sábado dia 27 de janeiro de 1945, os soldados do Exército Vermelho libertavam Auschwitz-Birkenau, um dos campos de extermínio construídos na Polónia pela Alemanha nazi. Os militares soviéticos depararam com o horror. Ali, encontraram 600 cadáveres, 7.000 presos mais próximos da morte que da vida, 837.000 peças de vestuário – muitas de crianças –, milhares de malas, mais de 100.000 pares de sapatos, milhares de óculos, 7 toneladas de cabelo de mulheres.

Por Auschwitz-Birkenau passaram mais de 1 milhão de pessoas, 870.000 foram envenenadas pelo gás letal Zyklon B. Para além de Belzec, Solibor e Treblinka, a partir de 1940 foram construídos em território polaco mais três campos em Auschwitz para receberem opositores ao nazismo e prisioneiros de guerra soviéticos. Passaram a fazer parte da máquina de morte nazi iniciada logo em 1933 com os campos de concentração em Buchenwald e Dachau na Alemanha para sindicalistas, democratas e pessoas não alinhadas com a política de Hitler, e que prosseguiu com a "solução final" que assassinou milhões de judeus europeus, causando mais de 20 milhões de mortos na segunda guerra mundial.

Perante as terríveis atrocidades perpetradas contra as vítimas do regime nazi, os governos de todo o mundo logo em maio de 1945 defenderam a criação de um tribunal militar internacional para julgar os principais criminosos de guerra e foi constituída uma organização internacional, as Nações Unidas para "*preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade*". E em 9 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a "*Convenção sobre prevenção e punição do crime de genocídio*", que se pode considerar um dos primeiros tratados de direitos humanos.

Pela Resolução 60/7 de 21-11-2005, a Assembleia Geral da ONU proclamou 27 de janeiro o dia da libertação de Auschwitz-Birkenau como o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, realçando o que pode acontecer quando o ódio, o preconceito, a desumanização, o racismo e a indiferença passam a fazer parte do pensamento de algumas pessoas. Como lembrou o Secretário-Geral da ONU, a lembrança dos campos de concentração e extermínio nazi é um chamamento para estar em alerta constante: nunca ficar em silêncio diante do ódio, nunca tolerar a intolerância, nunca ser indiferente ao sofrimento dos outros.

Quando vemos, ouvimos e sabemos do que se passa hoje na faixa de Gaza e noutros locais da Palestina, é impossível ignorar as semelhanças, em termos de violência sistemática e de desumanização, com o que o nazi-fascismo provocou entre 1933 e 1945. No mundo e no nosso país é preciso não apenas manter viva a memória de horrores como os dos campos de concentração e extermínio nazis para que nada de semelhante volte a acontecer, mas também repudiar e combater o regresso a tal barbárie.

Assim, a Assembleia municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2025, defendendo a construção de um mundo justo onde os direitos humanos sejam consagrados e todos possam viver com dignidade e em paz, delibera:

1. Lembrar a memória das vítimas da violência do nazi-fascismo;

2. Reafirmar a necessidade de combater o racismo e todas as formas de intolerância que conduzem à violência dirigida a grupos específicos;

3. Apelar à ação coletiva contra o ódio, a desumanização, o preconceito e a indiferença.

6.3.8 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE), para apresentar uma Moção "Expansão do solo urbano: o desastre anunciado";

6.3.8.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A publicação e entrada em vigor do Decreto-Lei nº 117/2024, de 30 de dezembro de 2024, que altera os artigos 72º, 72º-B e outros do RJIGT (DL nº 802/2015) tem suscitado um vivo debate sobre as implicações urbanísticas, ambientais, económicas e sociais da expansão do solo urbano nele prevista.

No mesmo mês de dezembro, mas no dia 5 foi o Dia Mundial do Solo. Aprovado pela Assembleia Geral da ONU em 2013, chama a atenção para a degradação dos solos e a necessidade vital para as populações, já que mais de 95% dos alimentos provêm deles. E lembra que produzir apenas 2 a 3 cms. de solo saudável pode demorar quase mil anos. Para além desta utilização do solo, há também a de suporte à edificação, infraestruturas urbanas e equipamentos.

Mas esta deliberação da ONU não é a única posição internacional a ser posta em causa pela alteração legal pretendida pelo atual governo e que significará uma enorme impermeabilização do solo. No relatório "Rethinking Urban Sprawl", a OCDE realça que a edificação dispersa triplica os custos dos serviços públicos e obriga a maiores deslocações casa-trabalho, congestionamento de trânsito, poluição do ar e aumento do preço das casas. E o recente Regulamento (UE) 2024/1991 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2024, relativo ao restauro da natureza, veio apontar aos Estados-Membros, no seu artigo 8º – restauro dos ecossistemas urbanos – que até 2030 têm de assegurar que não há perda líquida da superfície nacional total de espaço verde urbano e de coberto arbóreo urbano nos ecossistemas urbanos comparativamente com 2024.

A expansão do solo urbano prevista no diploma governamental é também contrária às indicações, alertas e propostas de inúmeros trabalhos de especialistas nesta temática. As "alterações da ocupação do solo em Portugal continental 1985|2000" salientam o crescimento dos territórios artificializados em 70.000 hectares (mais 42%). O tecido urbano descontínuo é a classe dos territórios artificializados que teve maior crescimento. E este elemento é relevante já que as novas construções, dispersas, irão artificializar mais solo. Acresce que de acordo com a publicação do IHRU "O parque habitacional-análise e evolução 2011|2021", pág. VI, a grande maioria (87%) dos edifícios em Portugal têm apenas um alojamento (fogo unifamiliar). E dos 3,5 milhões de edifícios existentes, 37% têm apenas um piso (p. 23), um brutal desperdício de solo e infraestruturas urbanísticas.

A alegada falta de solos para construção é também claramente desmentida pelo recente Relatório do Estado do Ordenamento do Território (REOT 2024), que refere que "a proporção de solo urbano do continente que se encontrava edificada em 2021 era em média de 50%" (p. 69). O mesmo documento salienta que, entre 2007 e 2018, ocorreu um consumo líquido diário de territórios não-artificializados de 6,2 hectares, número que prenuncia o incumprimento da meta europeia que preconiza uma artificialização líquida do território nula em 2050.

Sobre a proclamada baixa do preço da construção através da aplicação da nova lei, um anterior responsável da Direção-Geral do Território salientou em 2016 que "o sobredimensionamento de áreas urbanizáveis em planos de uso do solo não contém o aumento dos preços dos solos". Pelo contrário, alimenta a especulação..." (Paulo V.D. Correia in O novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, p. 192).

Perante a desconsideração de tantas normas e orientações nacionais e internacionais, como explicar então a insistência governamental em aumentar a urbanização dispersa e a artificialização do solo? Já era conhecida a

apetência dos grandes proprietários, do sector da construção civil e dos promotores imobiliários pela edificação sem qualquer entrave. O que há de novo é a transformação da habitação em ativos financeiros, com um peso crescente dos fundos imobiliários, que, segundo a CMVM, são 273, com um valor sob gestão superior a 15 mil milhões de euros.

Pelo exposto, a Assembleia Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2025, delibera:

1. Defender a revogação do Decreto-Lei nº 117/2024 pelos gravíssimos impactos da sua aplicação;

2. Assegurar a informação pública e transparente dos casos em que ocorra o alargamento do solo urbano."

6.3.9 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU), para apresentar uma Moção "Reforço efetivo da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó";

6.3.9.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As informações vindas a público sobre matéria de segurança dos cidadãos e de reorganização das unidades da Polícia de Segurança Pública no Concelho de Almada, em particular da atual situação da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó, a qual continua sem o prometido reforço de efetivos há décadas, apenas reforçam as necessidades identificadas relativas ao investimento em meios humanos e materiais que assegurem a melhoria do policiamento de proximidade.

Apesar de ser reconhecido como um equipamento fundamental para aquela zona da cidade, e não obstante as diversas diligências promovidas nos órgãos autárquicos e pelas populações, assim como as promessas de sucessivos governos, a Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó continua sem os agentes previstos no diploma que criou esta estrutura de proximidade, e que responde a uma Freguesia com cerca de 40 000 habitantes.

Considerando ser fundamental para um eficaz policiamento o reforço efetivo nos meios da Esquadra da PSP Laranjeiro/Feijó, que efetue o patrulhamento de proximidade, responda eficazmente às solicitações da população, combata potenciais situações de criminalidade e diminua o atual estado de insegurança do edificado, do comércio local e de pessoas e bens daquela área do território das Freguesias do Laranjeiro e do Feijó.

Considerando, ainda, que estas estruturas operacionais na sua funcionalidade acompanham também casos de apoio à vítima, violência doméstica ou de menores em risco, garantindo à população condições básicas e imediatas de socorro e proteção, é fundamental ampliar o investimento para manter o bom trabalho de proximidade desenvolvido pela PSP também neste domínio em concreto.

Assim, o Grupo Municipal da CDU, propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Promover a urgente avaliação do estado da Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó e a sua eventual reorganização funcional, em conjunto com o Comando Distrital e os órgãos autárquicos;
2. Efetuar a realização das obras de requalificação de todo o edificado e toda a zona envolvente ao equipamento;
3. Reivindicar junto do Governo:

a - O reforço do número de agentes em serviço na Esquadra da PSP do Laranjeiro/Feijó;

b - O necessário investimento em meios materiais, frota e equipamentos administrativos, que assegurem a melhoria das condições de trabalho dos agentes e da resposta às populações;

c - A ampliação do investimento no policiamento de proximidade desenvolvido pela PSP."

6.3.10 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), para apresentar uma Moção "Pela urgente resolução dos constrangimentos no transporte ferroviário na Ponte sobre o Tejo".

6.3.10.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os passageiros que diariamente utilizam o transporte ferroviário da Fertagus para atravessar a Ponte sobre o Tejo enfrentam condições degradantes, fruto da inação dos sucessivos governos que têm sistematicamente ignorado os problemas estruturais da mobilidade na Margem Sul. O aumento exponencial da procura, aliado à falta de investimento em infraestruturas e material circulante, transformou este serviço essencial num verdadeiro sofrimento diário para milhares de cidadãos.

A sobrelotação dos comboios atingiu níveis insustentáveis, especialmente nos períodos de maior afluência. Os passageiros são obrigados a suportar viagens em condições indignas, enfrentando atrasos, composições lotadas e uma oferta manifestamente insuficiente. A situação é particularmente grave em Almada e Seixal, os concelhos mais populosos da Margem Sul, onde os utentes se veem impedidos de embarcar devido à falta de capacidade dos comboios que já vêm sobrecarregados das primeiras estações.

A ausência de alternativas públicas robustas e o incumprimento por parte do Estado na modernização da rede ferroviária resultaram na degradação da qualidade do transporte e no aumento do tempo de deslocação dos cidadãos. O agravamento da situação tornou-se ainda mais evidente com a incapacidade do Governo em garantir soluções eficazes. A modernização da frota e a aquisição de novos comboios deveriam ter sido prioridade há anos, mas as sucessivas decisões políticas adiaram sistematicamente esta necessidade. A falta de investimento na infraestrutura ferroviária da Margem Sul demonstra o abandono da região em termos de mobilidade e desenvolvimento.

É urgente que o Estado assuma as suas responsabilidades e tome medidas concretas para melhorar o transporte ferroviário na Margem Sul, garantindo um serviço eficiente e digno para todos os passageiros.

O Grupo Municipal do CHEGA propõe que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2025, delibere:

1. Exigir ao Governo da República, em particular ao Ministério das Infraestruturas e Habitação, que tome medidas imediatas para reforçar a oferta ferroviária na Ponte sobre o Tejo, garantindo a aquisição e disponibilização de material circulante adicional para responder à crescente procura;

2. Solicitar ao Governo da República que esclareça publicamente quais as ações concretas e prazos definidos para a modernização da rede ferroviária na Margem Sul do Tejo, assegurando que a população não continue a ser negligenciada;

3. Instar a administração da Fertagus e a tutela governamental a apresentarem um plano de contingência imediato, incluindo soluções para aliviar a sobrelotação nas horas de ponta e a possibilidade de reforço da frota com novas composições adequadas à procura;

4. Exigir que o Governo promova o investimento na ferrovia pública como alternativa viável e competitiva, permitindo maior concorrência e melhoria do serviço prestado aos passageiros;

5. Exigir o cumprimento das obrigações do Estado para com os cidadãos da Margem Sul, garantindo um serviço ferroviário eficiente, acessível e compatível com as necessidades reais da população.

O transporte ferroviário da Margem Sul, não pode continuar a ser ignorado. Exige-se uma ação imediata."

6.4 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), Sérgio Faria Bastos (PS), Margarida Ramires Paulos (PAN), Beatriz Leal Ferreira (PSD), Bruno Ramos Dias (CDU), Pedro Dias Pereira (PS), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) e ainda Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.4.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito breve, para informar os Senhores Deputados Municipais relativamente a algumas moções sobre Penajoia e em particular a moção apresentada pela CDU, que na altura a CDU também na Câmara Municipal tinha colocado a questão, foi entregue um parecer jurídico, em que determina claramente, qual é a impossibilidade da Câmara Municipal ir intervir num território que não lhe pertence sem que seja a pedido do proprietário.

Portanto, queria dar essa nota aos Senhores Deputados que se o entenderem, teremos todo o gosto em distribuir por todos os Grupos Municipais, para terem a consciência de que, o que está aqui em cima da mesa, é uma impossibilidade legal de fazer sem que sejam cumpridos todos os tramites necessários.

O Município não pode ir infraestruturar um terreno que não lhe pertence, que não seja a pedido do proprietário desse mesmo terreno.

Relativamente ainda sobre a mesma matéria, à recomendação apresentada pelo CHEGA, só dar data que o "interceda de forma imediata e eficaz junto das entidades responsáveis, incluindo o proprietário do terreno e as autoridades fiscalizadoras", já o fizemos, não temos feito outra coisa. Também teremos todo o gosto de voltar a distribuir se for o caso disso, todas as notificações e todos os ofícios enviados. O reforço da fiscalização diária e rigorosa, também já foi feito. Aliás, temos estado em permanente articulação com o IHRU e inclusivamente, até também com as empresas que estão a funcionar ali perto. Portanto, estamos em permanente interação com agentes no terreno.

A estratégia clara e eficaz, para impedir que Almada continue a gerar novos bairros degradados, penso que está no terreno também, as Terras do Lelo, está para breve a demolição das últimas casas precárias das Terras do Lelo. O bairro precário da Costa da Caparica, deixou de existir, era uma mancha, não resolvemos ainda tudo.

Já fizemos também queixa às forças de segurança, cabe às forças de segurança fazerem a identificação das construções ilegais se houver de facto, como nós suspeitamos, mas não há provas de que há também aqui uma parte de negócio e de exploração da miséria das pessoas, e a queixa também já foi apresentada ao Ministério Público. Portanto, penso que esta recomendação é no mínimo extemporânea."

6.4.2 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A recomendação apresentada pelo chega, é mais um exemplo da retórica populista da extrema-direita, que promove uma narrativa de divisão, exclusão e intolerância, que impacta negativamente a integração das populações mais vulneráveis, com recorrentes discursos de ódio que promovem a violência, que discriminam etnias, a desgastante narrativa de que os imigrantes representam uma ameaça à identidade cultural e à segurança nacional, almejando retornar a um passado de homogeneidade cultural e étnica, sempre em detrimento dos valores democráticos e dos direitos humanos.

A recomendação contém medidas punitivas e impositivas, como a instauração de queixas-crime e sanções severas sem abordar as causas subjacentes das construções ilegais.

Para o chega, a solução para os bairros ilegais passa por criminalizar as pessoas que, apesar de contribuírem para o país, seja através do trabalho ou de outras formas de participação social, são excluídas, não têm acesso ao mercado de arrendamento e são forçadas a viver à margem da legalidade e da dignidade.

Mas isso, ocorre como consequência da precariedade laboral, dos baixos salários e, sobretudo, pela falta de respostas do governo em relação à oferta de soluções habitacionais e sociais que garantam o direito de uma vida digna para todos os cidadãos.

Portanto se alguém tem de ser culpabilizado e responsabilizado, é o Governo e não as famílias que se ali residem sem condições que lhes permita viver com a dignidade a que têm direito. Não estão naqueles bairros por opção,

são obrigadas por falta de alternativas.

Assim, o voto contra da bancada do BE fundamenta-se na defesa de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária, onde todos tenham as mesmas oportunidades e o Estado assuma a responsabilidade com políticas públicas de integração, habitação e apoio social, combatendo desta forma as políticas da direita liberal e da extrema-direita, que visam perpetuar os ciclos de pobreza, exclusão e violência."

6.4.3 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Socialista irá votar favoravelmente, um conjunto significativo das moções apresentadas.

Iremos votar contra as moções quer do CHEGA, quer da CDU, relativamente ao Bairro de Penajoia. A posição do Partido Socialista já ficou expressa naquilo que foi a nossa declaração política, e entendemos que, o que deve ser aqui reforçado é a responsabilização daquilo que é o Ministério das Infraestruturas e do Governo e do IHRU na resolução desta questão.

Iremos solicitar igualmente que, na moção n.º 7 "Pela resposta aos problemas do Comboio na Ponte", se vote separadamente os considerandos e os três pontos iniciais e o ponto n.º 4.

Na moção relativamente à Lei dos Solos, também iremos solicitar que se vote o ponto 2 separado dos considerandos e o ponto 1, iremos nos abster em relação ao ponto n.º 1 e votar favoravelmente o 2.º ponto.

Quanto à moção do CHEGA sobre a Fertagus iremos votar contra."

6.4.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dar uma breve nota da votação que o PAN irá ter relativamente aos documentos em apreciação.

Iremos votar favoravelmente a maioria dos documentos.

Sobre a Fertagus e os constrangimentos que se têm vindo a agravar num serviço que funcionou muito bem no passado, é de facto, urgente encontrar soluções para a melhoria do serviço. Pois, sem esse investimento não conseguiremos nunca reduzir o número de automóveis na Ponte. É preciso criar serviços de transporte coletivo que funcionem.

Conhecendo a realidade do serviço prestado pela CP, não me parece, no entanto, uma boa opção atualmente a proposta da CDU para a inclusão da Fertagus na CP, pois é conhecido o seu historial de atrasos, greves e supressões.

Quanto à moção do CHEGA acerca do bairro de Penajoia, já foi amplamente discutido o assunto, tendo sido dito pela Câmara Municipal, inclusivamente hoje, que contactou o IHRU uma série de vezes acerca deste problema, e concordando que é necessário intervir no sentido de não permitir que o bairro continue a crescer, não nos revemos de todo na abordagem proposta pelo Partido CHEGA, e por isso não votaremos a favor desta moção."

6.4.5 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Votaremos a favor da maioria dos documentos, mas o PSD gostaria de deixar algumas notas.

Sobre o problema da Fertagus, levantado pela CDU e pelo PS.

O reforço dos horários do serviço da Fertagus de e para Setúbal tinha a intenção de servir melhor os utentes das estações de Coina a Setúbal, mas a decisão acabou por causar problemas a todos os outros passageiros.

E se, nos últimos anos, à hora de ponta, a viagem costuma ser penosa para os passageiros devido à sobrelotação, não é uma situação recente, agora é insustentável e até, perigoso.

Eu fui passageira durante mais de dez anos e nem sempre foi assim. Por isso, o PSD rejeita a proposta da CDU, de certa forma, fundir a Fertagus com a CP em termos operacionais, só porque atualmente as condições de operação são desadequadas, como se a operação da CP fosse um exemplo de serviço público. Se este modelo de concessão com a Fertagus funcionou anteriormente, temos é de perceber como podemos replicar as condições anteriores.

Não sendo possível voltar aos horários praticados até dezembro do ano passado, porque isso ia prejudicar os utentes que foram beneficiados pela alteração, temos as possibilidades em cima da mesa, que o Partido Socialista e a CDU identificam de forma pertinente nos documentos:

Pedir à CP a cedência urgente de material circulante. Prevemos que tal será difícil conseguir porque a CP está também a operar à beira do limite;

Desencadear com urgência aquisição de material circulante, o que poderá demorar anos.

E aqui a palavra "anos" é duplamente importante. Mostra que este problema não se vai resolver tão cedo e porque estamos novamente a falar do problema dos transportes públicos, por iniciativa do Partido Socialista, que governou Portugal durante os últimos dez anos. A pergunta que deixo é onde estiveram até agora! É que certamente não foi a andar nos transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa, se não teriam agido por antecipação.

Trago-vos os dados presentes nos Relatórios e Contas das Fertagus, disponíveis online:

Dez milhões de passageiros transportados no primeiro ano de operação (1999-2000); treze milhões em 2010; dezanove milhões em 2016; vinte e um milhões em 2018; vinte e sete milhões de passageiros em 2023.

Temos de ser honestos e assumir que estamos perante um problema que se vem agudizando de ano para ano e nada foi feito até aqui, sabendo-se que, como se costuma dizer, Roma e Pavia não se fazem num dia.

Sobre o voto de protesto da CDU, da demora no acesso ao Serviço Nacional de Saúde.

O PSD naturalmente concorda que com a urgência em resolver o problema do acesso aos serviços de saúde, sobretudo numa área tão populosa, que continua a crescer, sobretudo se considerarmos que o número de famílias com crianças aumenta e, por isso, os cuidados de saúde materno-infantil devem acompanhar a procura.

No entanto, rejeitamos a relação implícita e, na nossa opinião, forçada, da relação entre o aumento da mortalidade e os serviços de saúde prestados. É uma afirmação grave, alarmista e precipitada.

O aumento dos casos graves de infeções respiratórias não é um fenómeno exclusivo de Portugal. Os cientistas põem em cima da mesa vários motivos, como as proteções que existiram durante o período da pandemia e que podem ter fragilizado o nosso sistema imunitário. Outro fator determinante é também o envelhecimento da população e, penso que seja do entendimento comum, que as pessoas mais idosas são também mais frágeis na sua condição de saúde. E também deve ser relacionada a diminuição da taxa de vacinação das crianças com uma série de problemas de saúde que se julgavam há muito controlados em Portugal.

Não estou a tentar desculpar ou diminuir a gravidade da situação de quem recorre ao Hospital Garcia de Orta e espera doze ou mais horas para ser atendido. Eu sei que para a CDU, "oferta privada" é uma expressão proibida, mas a CUF no Monte da Caparica tem cinco horas de espera nas urgências e com casos bastante graves, que depois têm de ser encaminhamos para outras unidades para internamento. Não falamos só de pessoas com seguros de saúde que vão ao privado a fugir do público para o privado, nós estamos perante o problema mais amplo e mais complexo. Novamente, não estou a tentar desculpar a situação a que nós chegamos, mas fazer esta relação parece-me precipitado.

Finalmente, sobre o Bairro do Penajóia.

O bairro existe e o que existe não são só casas feitas de blocos de cimento. São casas com pessoas reais lá dentro, com famílias, com esperanças, com expectativas de futuro e que merecem ser tratadas com dignidade e apoiadas no processo de desmantelamento do bairro.

A CDU propõe na sua moção o fornecimento de eletricidade ao bairro, com carácter provisório e temporário. Ou seja, a construção de infraestruturas para que as pessoas se possam ligar à rede de eletricidade. O PSD encara esta solução com as mesmas preocupações que levantámos a quando do 2º Torrão:

A garantia de segurança de uma infraestrutura de eletricidade num bairro que não oferece condições de salubridade.

E a forte possibilidade, para não dizer "a garantia", de que esta situação não só vai passar de temporária a permanente, como vai incentivar à expansão do Bairro do Penajóia.

A maioria dos habitantes pode não ter ligação à eletricidade, embora alguns tenham através de puxadas. Mas existe eletricidade para que as obras de construção de novas casas continuem, inclusive pela noite dentro.

Inclusive depois do IHRU já ter demolido algumas das casas que se encontravam em construção ou ainda por ocupar.

E inclusive depois da Câmara Municipal de Almada ter sido inúmeras vezes alertada para o problema, para que pudesse fiscalizar a zona e controlar o agravamento deste problema, papel que não desempenhou atempadamente.

Não há nenhuma garantia nem de que a eletricidade resolva o problema, nem de que a sua instalação não o agrave.

Assim, o PSD vai-se abster na votação do documento apresentado pela CDU."

6.4.6 – O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No pouco tempo que temos, queria só chamar a atenção que no bairro de Penajoia nós não estamos a falar de um terreno vago ou de uma folha em branco. Estamos a falar de pessoas de carne e osso, que estão lá agora enquanto nós estamos aqui a falar. E as condições desumanas em que estão colocadas, exigem uma outra resposta, aquela que está aqui a ser colocada pelas Senhoras e pelos Senhores. E se a Senhora Presidente da Câmara Municipal ler com atenção a proposta da CDU, verá que nós não estamos a propor nada disso que a Senhora Presidente disse, nós estamos a dizer que o Município deve propiciar a que haja um trabalho conjunto e que as partes se encontrem, as várias entidades responsáveis, para que haja uma solução para estas pessoas. É isto que nós propomos, é o que está escrito.

Mas eu queria voltar ao tema dos transportes e queria ao tema dos transportes público perguntar, se alguém aqui se lembra do L123? Ir pagar mais de 60.00€ (sessenta euros) pelo passe L123, e de nós pagarmos mais 10.00€ (dez euros) em cima do suplemento do Metro Sul do Tejo e de não poder com esse passe utilizar a Fertagus. Isto não foi há cem anos, isto foi há seis anos. Faz agora cem anos este mês. E nós andamos vinte anos a lutar com propostas, abaixo-assinados, manifestações, projetos de lei, petições, e finalmente ao fim de mais de vinte anos conseguimos, luta também da CDU, alcançar essa conquista. Vale a pena lutar. Mas já nessa altura nós alertamos, já em 2018, 2019, até mais para trás, para a necessidade indispensável de aumentar a oferta de transportes. Era preciso ter mais comboios, mais barcos, mais rede Metro Sul do Tejo. Os milhões de passageiros que são transportados, que ainda agora a Senhora Deputada Municipal citou, do crescimento do tráfego da Fertagus, com quantos comboios? Sempre os mesmos comboios há vinte cinco anos. Nem mais um comboio, acrescentaram num serviço que teve este crescimento de procura por parte da população. Era preciso ter mais comboios e se, entretanto, avançou no conjunto dos Concelhos da Área Metropolitana, a reformulação da rede de autocarros com a Carris Metropolitana, a verdade é que os transportes de ligação do Concelho de Almada, principalmente a Lisboa e à Margem Norte, em vez de melhorarem, ficaram piores do que antes. E é essa a situação que hoje se verifica. Não estou a falar de autocarros Senhora Presidente, estou a falar do barco da Transtejo há-de experimentar, o do comboio da Fertagus há-de experimentar. É que são cada vez mais as pessoas que utilizam o comboio, mas também são cada vez mais aquelas que usam o carro por falta de alternativas. Há mais pessoas a usar o carro por falta de alternativas. Nós nunca tivemos tão poucos barcos da Transtejo em hora de ponta, é de quinze em quinze minutos, nunca tivemos tanta falta de serviço do transporte

fluvial quer em Cacilhas, quer na Trafaria. E, entretanto, a Transtejo continua a bater navios à frota e a aliena-los. Esta semana lá foi o navio São Jorge que servia perfeitamente para a zona de Cacilhas.

É preciso tomar medidas concretas, imediatas e na Fertagus a situação é insustentável, a CP não tem comboios para oferecer. Mas tem a capacidade de reforçar o serviço aqui, no curto prazo, não para daqui a dois anos. É agora, para o mês que vem.

Diz o PS na sua moção, que é urgente aumentar a oferta de transporte no comboio da Ponte. Mas o que é espantoso, é que o PS no Governo tenha desencadeado o prolongamento da PPP – Pareceria público-privada da Fertagus, sem nada fazer para que houvesse mais comboios.

Os Senhores querem indagar o Governo sobre a falta de comboios, nós andamos anos a fio a indagar e a confrontar os Governantes do PS e PSD-CDS, e a verdade foi que o contrato da Fertagus foi recentemente prolongado até março de 2031, sem que fosse acrescentado um único comboio, por opção do PSD, os mesmos dezoito comboios que na verdade são dezassete, de 1999 até 2031, quem é que compreende uma coisa destas, e agora falam em acrescentar uma carruagem aos comboios.

Os Senhores sabem quanto tempo demora esse trabalho entre a reconversão de comboios e a certificação técnica? É praticamente tanto tempo como se construir um comboio novo.

Sejamos claros, a única solução que está colocada para agir imediato, a única proposta concreta para o problema dos comboios atuais, é da CDU, é acrescentar oferta aquela que existe. Por isso aprovem a proposta, tomem medidas concretas, reforcem agora a oferta de transportes, não façam promessas para daqui a dois anos, respeitem o Concelho e respeitem as populações."

6.4.7 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A moção que o PS apresenta, é uma moção pelas pessoas. Quando o Senhor Deputado Municipal diz que o PS não acrescentou valor a esta equação, isso não é verdade. O PS, entre muitas coisas criou o passe navegante, os autarcas do PS em vários Municípios, ajudaram a criar a Carris Metropolitana.

E, portanto, nós estamos a trabalhar para as pessoas. E as pessoas são aquelas que se movem de um lado para o outro, e só assim com facilidade na sua mobilidade existe crescimento. Existe crescimento económico e existe crescimento económico também para as famílias e isso não está a ocorrer no nosso Concelho. E há que pensar nisso em conjunto e não estar a lançar farpas uns aos outros, não leva a nada. O que interessa aqui, é trabalhar em conjunto para o bem comum. E é essa a proposta do PS. É indagar junto do Governo que agora tem essa responsabilidade, e Senhora Deputada, o PS esteve e esteve bem durante estes últimos dez anos. E agora, não está o PS e está o PSD, portanto, é bom que o PSD trabalhe para resolver, mas não está, porque negou comboios à Fertagus, negou a resolução dos problemas.

Portanto, nesse sentido, o que se espera é que esta moção do PS seja aprovada e que sigamos em frente. E mais, que trabalhemos também por mais travessias no Tejo, não só a Transtejo, mas também o Túnel Algés/Trafaria, a terceira ligação entre Chelas/Barreiro."

6.4.8 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho desta forma apresentar alguns sentidos de voto relativamente aos documentos apresentados hoje, assim como a sua justificação.

Iremos votar a favor da saudação à Associação de Surf da Costa de Caparica, e todas as propostas que incentivam o Governo a tomar medidas urgentes para resolver os problemas da Fertagus, com algumas exceções a pontos das propostas da CDU, com os quais não concordamos.

Mas, foi evidente, nesta casa, a hipocrisia. Hipocrisia do PS, porque quando chega uma proposta, em que fala das necessidades da Fertagus, da necessidade da população, o PS igual a si mesmo, vai votar contra a proposta do CHEGA que defende o que é pedido e o que é pedido para a população.

É isto que mostra o PS em Almada. A população não interessa, interessa um ataque cerrado ao CHEGA. Não estão a servir a população, estão-se a servir a vós próprios.

No entanto, não podemos deixar de estranhar que, quando o CHEGA apresentou uma proposta sobre um estudo para a construção de uma rotunda no Concelho, para servir a PSP, a liderança do PS, argumentou que chumbou a mesma, porque não cabia a esta Assembleia Municipal pronunciar-se de forma técnica.

No entanto, quando é o PS a pronunciar-se sobre uma proposta de comboios, indica os modelos, afirma que as modificações são simples, e que é só fazer alterações mínimas, nós sinceramente, desconhecíamos que os Deputados do PS são todos Mecânicos Ferroviários.

Iremos da mesma forma, votar a favor da proposta de resposta urgente aos graves problemas do Serviço Nacional de Saúde, assim como algo que temos vindo a defender em todas as sessões e em todos os órgãos políticos, o reforço de efetivos e equipamento nas esquadras da PSP, não só no Laranjeiro, mas em todas a nível nacional.

Relativamente à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, sob o pretexto de recordar as vítimas do Holocausto e combater o ódio e a desumanização, acaba por distorcer a História e instrumentalizar a memória dos milhões de mortos para fins políticos. A comparação direta entre o Holocausto e a situação em Gaza não é apenas historicamente falaciosa, mas revela uma tentativa de impor uma narrativa que falsifica a realidade geopolítica atual.

O Holocausto foi um genocídio sistemático, industrializado e ideologicamente fundamentado na erradicação total de um povo. O regime nazi não procurava apenas subjugar ou combater opositores militares, mas sim exterminar completamente grupos inteiros, incluindo judeus, eslavos e opositores políticos. Em contrapartida, o conflito israelo-palestiniano insere-se num quadro geopolítico de guerras regionais, terrorismo e disputas territoriais, onde Israel combate não uma população indefesa, mas organizações terroristas como o Hamas, reconhecido como tal pela União Europeia, Estados Unidos e vários outros países.

A moção do Bloco de Esquerda ignora deliberadamente o papel do Hamas, um grupo jihadista que tem como objetivo declarado a destruição do Estado de Israel e que utiliza civis como escudos humanos. Também omite que o conflito em Gaza não é uma política de extermínio étnico, mas sim uma resposta militar a ataques sistemáticos contra civis israelitas, como o massacre de 7 de outubro de 2023, onde mais de mil e duzentas pessoas foram brutalmente assassinadas e centenas sequestradas.

Além disso, ao equiparar os atos da Alemanha nazi às ações de um Estado democrático que combate um inimigo terrorista, a moção desvaloriza a verdadeira gravidade do Holocausto, relativizando o genocídio de milhões de pessoas e transformando-o numa ferramenta de propaganda ideológica. A omissão de outros genocídios e crimes contra a humanidade, cometidos por regimes de esquerda, como o Holodomor, a fome artificialmente criada por Stalin que exterminou entre três a sete milhões de ucranianos, os gulags soviéticos, que enviaram milhões de opositores políticos para campos de trabalho forçado, ou os campos de reeducação chineses, onde milhões foram perseguidos, torturados e mortos durante a Revolução Cultural de Mao Tsé-Tung, demonstra que o objetivo não é a defesa universal dos direitos humanos, mas sim a promoção de uma visão parcial e enviesada do mundo.

Se o Bloco de Esquerda estivesse genuinamente preocupado com a memória das vítimas do Holocausto, evitaria distorções históricas e falsas equivalências. O combate ao ódio e à desumanização não pode ser seletivo nem instrumentalizado para justificar posições políticas. Se há uma lição a retirar da História, é que a verdade não pode ser sacrificada em nome da ideologia. Por este motivo vamo-nos abster na proposta.

Relativamente à moção – Fornecimento Energia Elétrica Bairro Penajoia.

A Assembleia Municipal de Almada não pode aceitar que a responsabilidade pela falta de fiscalização e ordenamento do território seja agora imposta aos almadenses, legitimando mais um bairro ilegal.

O bairro da Penajoia cresceu num terreno público do IHRU, que falhou na sua obrigação de proteger os seus próprios terrenos, permitindo a ocupação sem qualquer controlo. Não vedou, não sinalizou, não atuou. Agora, espera que a Câmara Municipal resolva um problema que não devia sequer ter existido.

A Câmara Municipal não pode alegar desconhecimento. O crescimento do bairro foi visível e progressivo, tendo sido reportado diversas vezes pelo CHEGA, com fotografias que este executivo optou por ignorar.

Juristas sustentam que a Autarquia tinha o dever de agir, alertando o IHRU e exigindo medidas. Podia ter fiscalizado, impedido construções ilegais e pressionado as entidades competentes. Mas, em vez disso, passou a mensagem de que em Almada não há consequências para construções ilegais.

Agora, com esta moção da CDU, pretende-se ir ainda mais longe. Não só se permitiu a ocupação, como agora se quer garantir a instalação de contadores individuais, tal como aconteceu no 2º Torrão. E sabemos como essa decisão, o que era provisório tornou-se definitivo, o bairro, que devia ter sido desmantelado, foi consolidado, ainda lá estando ainda hoje.

Se este acordo avançar, o bairro da Penajoia deixará de ser uma ocupação ilegal para se tornar um facto consumado. A partir do momento em que há contratos individuais com a E-Redes, qualquer tentativa de remoção será automaticamente travada, com os moradores a invocarem direitos adquiridos.

Criar mais uma exceção neste Concelho já sobrecarregado com bairros ilegais é um erro gravíssimo. Este tipo de decisão incentiva novas ocupações, passando a ideia de que compensa desrespeitar a Lei, pois o Município acabará por fornecer os serviços essenciais, perpetuando a degradação do território.

O fornecimento de eletricidade a construções ilegais não tem enquadramento legal. A CDU tenta justificar esta medida como "provisória", mas a realidade já demonstrou que estas decisões nunca são revertidas. Tal como no 2º Torrão, o "provisório" tornou-se permanente.

Outros Municípios tomaram medidas eficazes, vedando terrenos públicos e impedindo novas construções. É muito mais barato prevenir do que remediar décadas de desordem urbanística.

Não podemos aceitar que quem quer construir uma casa legalmente pague taxas das mais altas do país, suporte IMI elevado e espere dois anos pelos serviços da Câmara Municipal para regularizar a sua situação e poder solicitar água e luz. E agora, desta forma, ignoramos todos os almadenses cumpridores com esta exceção.

Pela defesa da legalidade e dos almadenses que cumprem as regras, o CHEGA votará contra esta moção.

Ainda relativamente ao que foi dito sobre estas moções, a hipocrisia revela-se novamente nas declarações. Tudo o que o CHEGA disse, foi exatamente o que foi proferido pelo PS na sua intervenção política. A descrição é exatamente as palavras que o CHEGA usou e o que a Câmara Municipal anunciou que estava a fazer, é exatamente o que CHEGA pretende. Mas o CHEGA, é que tem ações racistas, xenófobas, não! o CHEGA tem ações para proteger a população almadense."

6.4.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Uma questão muito rápida, para uma resposta ao Senhor Deputado Municipal Bruno Dias.

Senhor Deputado, se há coisa que nós sabemos enquanto Autarcas é que são pessoas, nós lidamos com pessoas todos os dias. Portanto, parece-me quase uma simplicidade, tenho demasiado respeito por si, não precisa de nos relembrar que são pessoas, é coisa que nós nunca esquecemos, nenhum Autarca esquece que tem pessoas.

E, se há coisa que conhecemos de facto, é a questão do 2.º Torrão, e deixe-me lembrar que a instalação dos contadores individuais do 2.º Torrão, até já fui eu que os assinei e pode ir verificar, porque o processo não estava. E também, basta ir ao 2.º Torrão, não sei se lá tem ido para perceber, não foi propriamente um sucesso

essa tentativa justamente, de fazer entrar as pessoas nalgum sistema. Mas também sabemos muito bem quais foram os argumentos que permitiram esse acordo num terreno privado. E a grande questão era também uma questão de segurança e que foi assim que conseguimos levar avante esse acordo.

A particularidade de Penajoia, é que nem sequer estamos a falar de um terreno privado, estamos a falar de um terreno da entidade do Estado responsável pela habitação. E de facto, a questão que aqui se coloca é se o IHRU pretende fazer daquele bairro um bairro permanente, sim ou não? Até quando é que o IHRU vai demorar para fazer o levantamento daquelas pessoas e começar a trabalhar em soluções sociais para aquelas pessoas? É isso que a Câmara Municipal tem exigido o tempo todo. E por isso, é que a CDU que já apresentou esta moção na Câmara Municipal, sabe bem até que ponto é que ela por um lado, não é aplicável, depois não é justa, e depois não resolve nenhum tipo de problema das pessoas que lá estão.

Quanto à questão do transporte fluvial. Eu não posso estar mais de acordo consigo e a nossa preocupação é grande, e de facto, é lamentável que estejam os Municípios todos a mobilizarem-se e a investir para a melhoria do transporte público, com foi no caso do transporte rodoviário, arriscando e decidindo apostar eles próprios nos seus rendimentos e lembro a Câmara Municipal, isto é coletivo, mas só a Câmara Municipal paga cerca de 3.000.000.00€ (três milhões de euros) para os contratos rodoviários, e, portanto, estão os Municípios a fazer um esforço para melhorar o transporte público e as entidades do Estado, mais uma vez, a não fazerem e a adiarem a resolução de problemas que são urgentes.

Sim, a falta e as falhas no transporte fluvial, preocupam-nos muito, assim como já agora, deixe-me relembrar, que Almada e eu própria, foi o primeiro Município a denunciar a situação que estava a ocorrer na Fertagus. Portanto, nunca esquecemos que é de pessoas que estamos a falar e que é para as pessoas que trabalhamos."

7 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 14 de fevereiro de 2025, pelas 21H15.

8 – A terminar os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal faz um agradecimento ao Vitória Clube Quintinhas, pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro (PS), Francisca Parreira (PS), Débora Rodrigues (PS), Gabriel Machado da Rosa (PS), Nuno Matias (PSD), António Matos (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU), Paulo Santos (CDU) e Jefferson Oliveira(BE).

10 – Foi verificada a presença de cerca de trinta munícipes. A sessão foi transmita em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1.º SECRETÁRIO _____

A 2.ª SECRETÁRIA _____